



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA**

CÍNTIA FERREIRA DE OLIVEIRA

**A PERMANÊNCIA DO TRABALHADOR ESTUDANTE NO CURSO DE
LICENCIATURA EM BIOLOGIA DA UFRB.**

**CRUZ DAS ALMAS- BA
2023**

CÍNTIA FERREIRA DE OLIVEIRA

**A PERMANÊNCIA DO TRABALHADOR ESTUDANTE NO CURSO DE
LICENCIATURA EM BIOLOGIA DA UFRB.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado ao componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I, do Curso de Licenciatura em Biologia, do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Biologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tatiana Polliana Pinto de Lima

CINTIA FERREIRA DE OLIVEIRA

**A PERMANÊNCIA DO TRABALHADOR- ESTUDANTE NO CURSO DE
LICENCIATURA EM BIOLOGIA DA UFRB**

Aprovado pelos membros da banca examinadora e aceito por esta Instituição de Ensino Superior como Trabalho de Conclusão de Curso, em nível de Graduação, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Biologia.

Aprovado em 23 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 TATIANA POLLIANA PINTO DE LIMA
Data: 29/05/2023 16:27:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Tatiana Polliana Pinto de Lima
Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT/UFRB
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 ROSANA CARDOSO BARRETO ALMASSY
Data: 29/05/2023 12:11:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Rosana Cardoso Barreto Almassy
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB/UFRB
Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 LORENA LINS DAMASCENO
Data: 29/05/2023 14:25:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Me. Lorena Lins Damasceno
Diretoria de Educação Básica – CAPES
Membro da Banca

Cruz das Almas/BA
2023

À minha mãe, Iraldes.

Fonte diária de amor e dedicação.

Obrigada, mãe, por acreditar em mim!

AGRADECIMENTOS

“Porque dEle e por Ele e para Ele são todas as coisas”. Romanos:11:36

Ao supremo Deus, pelo dom da vida, por segurar a minha mão, por me conceder força, coragem e não me deixar desistir.

À minha mãe, por todo cuidado e ensinamentos, pelas preocupações e por ter sonhado este sonho comigo.

À minha irmã Larissa, pelo companheirismo e vibrações positivas.

Às minhas amigas, em especial Aliny e Camila, pelo carinho, amizade, por permanecerem comigo e entender minha ausência neste período.

À Eliene, por todas as palavras de incentivo, carinho, amizade, nos momentos mais difíceis da escrita estava ao meu lado, torcendo para dar certo. E fazendo-me acreditar que o sonho era possível.

A todos meus colegas da graduação, foram muitos. Quero agradecer pela parceria, por todos os momentos e aprendizados compartilhados.

Aos mestres da educação básica que fizeram parte da minha caminhada, até chegar aqui, desde o CEAG, escola que estudei os anos finais do ensino fundamental, a qual me acolheu muito bem nos estágios de observação I e II, um muito obrigada a professora Ednice, minha preceptora, pela recepção, cuidado e carinho. Aproveito o espaço e faço um agradecimento especial a professora Telma (*in memoriam*) era a diretora na época.

Ao CEPES, instituição onde cursei meu ensino médio, tenho maior orgulho de ser aluna egressa deste colégio. Quero estender meu agradecimento a minha dinda Rita de Cássia, pelo carinho, cuidado e proteção. Sou grata pela receptividade nos estágios de regência III e IV, você agregou muito em minha formação, enquanto preceptora.

Aos professores da UFRB, por todos os ensinamentos, parceria e conselhos, acrescentaram muito em minha vida, tanto pessoal quanto acadêmica e profissional. Em especial ao professor Joberth Luiz, um ser humano incrível, você foi essencial no período de finalização da graduação.

Quero agradecer de forma muito especial a professora Janete Santos, que contribuiu de maneira exitosa na realização deste trabalho. Gratidão, pró! Por lhe encontrar nesta jornada e poder contar com sua presteza.

À minha orientadora, professora Tatiana, eu não tenho palavras para mensurar minha gratidão e admiração por você. Um ser de luz e alegria, encontrar você nesta trajetória foi um presente. Gratidão por todo amor, cuidado, atenção, pelos puxões de orelha, pelos conselhos, por nunca desistir de mim e sonhar este sonho comigo. Nos momentos mais difíceis você estava comigo, fazendo-me acreditar que era possível, que o caminho estava certo e que eu precisava me manter firme. Tati, eu tenho certeza que Papai do céu escolheu você a dedo para me orientar e ser esse porto seguro. Obrigada por não soltar minha mão!

A todos que de maneira direta ou indiretamente contribuíram para que este sonho fosse possível. Meu muito obrigada! Eu venci!

“Seja você quem for, seja qual for à posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que um dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá.” (Ayrton Senna)

RESUMO

Trabalhar e estudar faz parte da vida de diversas pessoas, em busca de qualificação profissional e melhores condições de vida, embora conciliar as duas atividades seja uma tarefa árdua. Este trabalho tem como objetivo conhecer os desafios vivenciados pelos trabalhadores estudantes, de que forma adentram no ensino superior, como permanecem e quais implicações essa dupla jornada pode trazer durante a formação. A temática visa cooperar para análise da realidade brasileira em relação ao ensino superior ofertado na instituição federal com o curso de graduação no período noturno. Para tanto, contou-se com a participação de 17 trabalhadores estudantes do curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Para fundamentação teórica deste estudo, foram utilizadas as ideias de autores que discorrem sobre a relação trabalho e estudo, permanência, implicações e temas interligados a essa dupla jornada tais como: Abrantes (2012), Bittar (2006), Corrochano (2013), Costa e Dias (2015), Karl Marx (2010), Saviani (1994) e Vargas e Paula (2013). A pesquisa possui caráter qualitativo, com questionário composto de questões de múltipla escolha e semiaberto que traz narrativas dos trabalhadores estudantes. Por fim, nota-se a partir das respostas obtidas que trabalhar e estudar é uma jornada desafiadora, ter que articular o trabalho e estudo traz consigo implicações e muitos desgastes físico e mental. Em que a maioria das vezes o estudo é comprometido pela precarização do tempo e dedicação que o mesmo exige.

Palavras-chave: Trabalhador Estudante; Ensino Superior Noturno; Acesso e Permanência; Desafios.

ABSTRACT

This work aims to know the challenges experienced by student-workers, how they enter college education, how it remains, and what implications this double journey can bring during training. The theme aims to cooperate with the analysis of Brazilian reality concerning the higher education offered in the federal institution with the graduation course in the nighttime. For this purpose, 17 workers-students of the degree course in biology from the Federal University of Recôncavo da Bahia. For the theoretical foundation of this study, the ideas of authors who discuss the relationship between work and study, permanence, implications, and themes interconnected to this double journey were used, such as Abrantes (2012), Bittar (2006), Corrochano (2013), Costa e Dias (2015), Karl Marx (2010), Saviani (1994), Vargas, and Paula (2013). The research has a qualitative character, with a questionnaire composed of multiple choice and subjective questions, which brings narratives from student workers. Finally, it stands out from the responses obtained that working and studying is a challenging journey, having to articulate work and study, brings with it implications and a lot of physical and mental strain. Where most of the time the study is compromised by the precariousness of the time and dedication that it requires.

Keywords: Student Worker; College education at Nighttime; Access and Permanence; Challenges.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. MATRÍCULAS PRESENCIAIS POR TURNO.	31
FIGURA 2. GÊNERO E ORIGEM ESCOLAR DOS PARTICIPANTES.....	43
FIGURA 3. ORIGEM ÉTNICA DOS DISCENTES.	43
FIGURA 4. ORIGEM DOS ESTUDANTES.....	44
FIGURA 5. GRÁFICO – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES DISTRIBUÍDOS POR SEXO.....	46
FIGURA 6. GRÁFICO – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES POR FAIXA ETÁRIA.	48
FIGURA 7. GRÁFICO – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES DISTRIBUÍDOS EM CARGA HORÁRIA DIÁRIA DE TRABALHO.....	48
FIGURA 8. GRÁFICO – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES POR PERÍODO DO CURSO.	49
FIGURA 9. GRÁFICO – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES SEMESTRALIZADOS.....	50
FIGURA 10. GRÁFICO – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES CHEFES DE FAMÍLIA.	51
FIGURA 11. GRÁFICO – PERCENTUAL DE RESPOSTAS DAS PARTICIPANTES MULHERES À PERGUNTA “TEM FILHOS?”	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Associação Brasileira de Ciências
ABE - Associação Brasileira de Educação
ACC - Atividades Curriculares Complementares
AI - Ato Institucional
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BA - Bahia
CEAG - Centro Educacional Angelita Gesteira
CEPES - Colégio Estadual Professor Edgard Santos
CNE - Conselho Nacional de Educação
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituição de Ensino Superior
IFES - Instituto Federal de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira
CCAAB - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEC - Ministério da Educação
PCE/CREDUC - Programa de Crédito Educativo
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNE - Plano Nacional de Educação
PPC - Projeto Pedagógico do Curso
PROGRAD - Pró Reitoria de Graduação
PROUNI - Programa Universidade Para Todos
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU - Sistema de Seleção Unificada
TCL - Termo de Consentimento Livre
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UDF - Universidade do Distrito Federal

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFERJ - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UnB - Universidade de Brasília

UNE - União Nacional dos Estudantes

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DIÁLOGO COM AUTORES	19
1.1 HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE NO BRASIL.....	19
1.2 UNIVERSIDADE PÓS DITADURA MILITAR.....	25
1.3 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	28
1.4 TRABALHAR X ESTUDAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	35
2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA	38
2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA.....	39
2.2 DISPOSITIVO DE CONSTRUÇÃO DE DADOS: O QUESTIONÁRIO.....	40
2.3 LOCUS E PÚBLICO DA PESQUISA.....	41
2.4 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	44
2.5 ÉTICA NA PESQUISA.....	45
3 OS TRABALHADORES ESTUDANTES: PERCEPÇÕES DOS DISCENTES ACERCA DE TRABALHO E ESTUDO	46
3.1 OS TRABALHADORES ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM BIOLOGIA....	46
3.2 A ENTRADA NO ENSINO SUPERIOR.....	52
3.3 CONCILIAÇÃO TRABALHO E ESTUDO: A PERMANÊNCIA NA LICENCIATURA EM BIOLOGIA DA UFRB.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DOS DADOS	72
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	76

INTRODUÇÃO

O trabalho, segundo Abrantes (2012), se caracteriza como um elemento indispensável à vida humana, sendo o meio de suprir as necessidades do indivíduo, uma vez que insere o homem no mundo social, fazendo com que ele seja capaz de produzir e construir sua identidade e vida. O trabalho traz uma expectativa de estabilidade através da entrada ao mercado de trabalho, o qual possibilita uma posição social e financeira. Assim, tanto o estudo como o trabalho ganham muitas significações na sociedade atual, compondo ao longo do tempo um elemento fundamental para se conseguir uma estabilidade financeira e um futuro melhor.

Trabalhar e estudar faz parte da rotina de diversas pessoas que estão em busca de qualificação para o mercado de trabalho. Esta condição depende de alguns elementos que podem tornar a junção dessas atividades um desafio a ser enfrentado, o qual tem potencial de influenciar desde a escolha do curso, a permanência e conclusão do mesmo. Neste sentido, nota-se um crescimento de homens e mulheres, jovens e adultos nessa dupla jornada de trabalhador-estudante que se depara com a rotina de afazeres que exigem tempo e dedicação para sua realização.

Vargas e Paula (2013) discutem a problemática dos estudantes que precisam enfrentar essa dupla jornada.

[...] a dificuldade de ajuste entre as exigências da escolarização e a necessidade de trabalhar, vivida por contingente expressivo do alunado. Entre a intenção de um estudante que pretende ingressar na educação superior e seu efetivo ingresso, encontramos um importante obstáculo a transpor, relacionado à situação de trabalho. Por vezes o trabalho dificulta a escolarização, por vezes a ausência de trabalho impede a escolarização. (VARGAS; PAULA, 2013, p. 465).

A realidade vivida pelos estudantes do turno da noite que trabalham durante o dia tende a ser marcada por isolamentos e fragmentações, uma vez que o cotidiano da dupla jornada, em alguns momentos tripla, considerando o papel da mulher na sociedade patriarcal e machista, reduz as possibilidades de socialização na universidade. São exemplos dessa realidade o tempo reduzido para o estudo, cansaço mental e físico, não participação nas atividades extraclasse, as quais são obrigatórias para conclusão do curso, pois os estudantes tem obrigatoriedade de

cumprir as atividades curriculares complementares (ACC) e, não raro, um desempenho aquém do potencial do trabalhador estudante.

Para Andrade e Sposito (1986), grupos cada vez mais diferentes e de origem social diversas têm acesso ao ensino superior. Deste modo, é necessário entender a representação do estudo e trabalho, quais formas eles assumem, qual sua importância social e a partir disso compreender a condição de ser trabalhador estudante. Segundo Abrantes (2012, p. 2), “[...] a conciliação entre trabalho e estudo visando um futuro melhor, perpassam a vida de muitas pessoas gerando dificuldades e desafios.” Vale destacar que o trabalho é essencial para manutenção e transformação da vida do homem, através dele transforma e adquire meios para suprir as suas necessidades. Nesse sentido, o trabalhador passa a receber o salário como forma de pagamento pelo seu esforço físico e mental dedicado para transformar os meios de produção do capitalismo com sua força de trabalho.

Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2017, mais da metade dos 48,5 milhões de jovens do Brasil com faixa etária ente 15 e 29 anos de idade não havia concluído o ensino superior, ou seja, 25,2 milhões nem frequentava escola, curso, universidade ou qualquer outra instituição regular. Ter que trabalhar, estar à procura de emprego ou ter conseguido uma vaga de emprego esteve entre as razões para justificativa da não conclusão dos estudos deste alunos, apontadas por 39,6% dos jovens. O estudante que deixa de estudar porque tem que trabalhar, é o único provedor da família ou ajudar nas despesas de casa e que não consegue manter os custos da dupla jornada. Conforme Costa e Dias (2015):

Entre as dificuldades desses alunos estão à necessidade de se conciliar trabalho e estudo, a adaptação a um novo sistema de ensino, o que exige maior autonomia, conhecimentos prévios formais e informais de maior complexidade, aprendizados nem sempre vivenciados pelos alunos de camadas mais populares. Sem contar os desafios advindos de uma situação financeira muitas vezes desfavorável, o que implica em dificuldades para compra de livros, deslocamento para congressos e eventos e atividades extraclasse (COSTA; DIAS, 2015, p. 52).

Para Corrochano (2013), alguns jovens se envolvem com o trabalho desde muito cedo, mobilizando habilidades para ganhar a vida, não constituindo uma transição para o trabalhador assim que finaliza a escolaridade básica. O ingresso no trabalho acontece de forma precoce, ou seja, começam a trabalhar antes mesmo de finalizar o primeiro nível de ensino. Maioria das vezes por necessidade, para ajudar

nas despesas familiares, tem obrigatoriedade de trabalhar deixando de lado o estudo.

A partir de 1990, as políticas de educação superior no Brasil enfatizam a necessidade de ampliar o acesso dos jovens a esse nível de ensino, posto que um grande contingente ainda se encontra excluído das universidades, oferecendo cursos de graduação noturnos para atender a essa nova demanda de estudante que é trabalhador muitas vezes já engajado no mercado de trabalho e que necessita do estudo superior como forma de ascensão socioeconômica (ANDREOLI, 2009). É importante ressaltar que essa foi uma grande conquista dos movimentos sociais, estes motivados pelos trabalhadores e seus filhos que não conseguiam adentrar ao ensino superior porque os cursos eram diurnos, horário em que maioria estava em seus postos de trabalho.

É necessário pensar em alternativas e políticas adequadas para garantir a inserção desses alunos trabalhadores ao ensino superior, assim como garantir a permanência para que os mesmos consigam concluir o curso, já que a educação é um direito de todos e dever do Estado.

O Estado deve, no âmbito de sua competência e no exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, buscar mecanismos para atender as demandas sociais, que são inúmeras (BRASIL, 2009, p. 30). Dentre elas, está a educação.

De acordo com a Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A educação é uma das esferas que objetiva formar o indivíduo como ser pensante, reflexivo. Ofertada nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ela é formal, pensada e desenvolvida com o objetivo de proporcionar ao sujeito os diversos saberes. A atuação do Estado nesse campo é necessária para a formação de quadros qualificados, levando-se em consideração como único critério de ingresso nas universidades públicas a questão da intelectualidade (MALISKA, 2001). O comprometimento de desenvolver mecanismos para possibilitar esse acesso é compromisso do poder público, maior ainda em relação às universidades públicas. Segundo Maliska (2001, p. 233):

No momento, então, que o Estado compromete-se com a educação superior, no limite da capacidade intelectual individual, deve levar em conta a isonomia Constitucional e os processos legítimos previamente disciplinados em leis e nos estatutos das universidades (art. 51 da LDB). Neste sentido, o vestibular torna-se a principal forma de ingresso na universidade, pois é através dele que o conhecimento do candidato é auferido e a legitimidade de assento em um banco universitário público é garantida.

O Estado precisa pensar além do assento em um banco da universidade. É preciso pensar na permanência deste aluno, garantindo assim a continuidade dele na vaga; pensar em estratégias para que este trabalhador sintam-se inserido e presente no ambiente acadêmico. Isto porque, com frequência, o aluno não tem escolha, principalmente quando é chefe de família ou precisa trabalhar para ajudar nos custos domésticos. Por mais que a universidade ofereça bolsas de permanência, esta infelizmente atinge o mínimo da população acadêmica.

[...] a oferta de cursos noturnos implica também garantir a permanência do acadêmico na universidade. Reconhecer que os cursos noturnos recebem estudantes que trabalham é um passo importante no sentido de tentar vencer os limites que separam o trabalho intelectual do trabalho manual (BITTAR, 2006, p. 201).

Apesar dos esforços empreendidos para inclusão de trabalhadores estudantes na educação superior, o ensino noturno ainda é muito excludente, sendo a principal válvula de escape a evasão, que tem acontecido com recorrência. É imprescindível pensar em programas de permanência e manutenção para efetivar a democratização do ensino superior noturno no Brasil.

A universidade precisa pensar num currículo e metodologias adequadas voltados para este público, e para tal é essencial conhecer o aluno, porém o que acontece é o inverso. A universidade disponibiliza o currículo e o trabalhador estudante precisa se encaixar, o que acaba generalizando, criando um “padrão”. O trabalhador precisa de políticas de subsistência, para que ele consiga no mínimo acompanhar o curso e não desistir do tão desejado diploma. Esses alunos possuem perfis divergentes, alguns tem filhos, famílias e/ou cargas horárias de trabalho excessivas.

As universidades federais estão estruturadas para atender o estudante que não precisa trabalhar, negligenciando a situação da maioria dos estudantes da educação superior que precisa conciliar as atividades laborais e educacionais (VARGAS; PAULA, 2013).

Essa é uma das maiores inquietudes do trabalhador estudante. A universidade, de certa forma, exclui, não garante alternativa de permanência, só pensa nas atividades educacionais. E o trabalho? Quem pode garantir o sustento? O trabalhador estudante precisa trabalhar, porém tem sede de almejar o ensino superior.

Vivencio isto desde meu ingresso na universidade, enquanto trabalhadora estudante e me deparo com um universo totalmente diferente do que havia vivenciado enquanto estudante de escola pública, onde foi endereçado um ensino frágil e sem preparação para adaptação ao sistema de ensino de uma universidade.

Ser trabalhadora estudante foi um dos maiores desafios da minha vida. Ter que conciliar a rotina trabalhista com o estudo é uma tarefa árdua, embora não seja impossível. Diversas vezes, pensei em desistir, pelo cansaço, por não conseguir me dedicar da forma que deveria nos componentes curriculares, por não conseguir participar de projetos, seminários, grupos de pesquisas durante o dia. Trabalhar e estudar são as maiores barreiras que eu estou vencendo na vida, contudo, isso me traz paz, porque é a realização de um sonho.

Ao longo da minha trajetória acadêmica, me deparei com diversas pessoas que vivem uma rotina semelhante a minha, conciliando trabalho e estudo, e isso de certa forma me deixa muito orgulhosa, saber que outras lutam diariamente por um futuro melhor, na garantia do ensino superior. Para muitos, parece algo simples, mas para esta classe de trabalhadores e trabalhadoras, vai além de um troféu: é uma ressignificação para vida, saber que com todas as dificuldades, jornadas exaustivas de trabalho, privação de sono, horário de almoço, chegou a tão sonhada hora de vencer!

Este trabalho tem um cunho social e acadêmico muito significativo, além de ter alta relevância para este público e sociedade. Através deste, pode-se pensar em como atender melhor esta classe de trabalhadores que luta, grita por um espaço na universidade pública, em busca de garantir qualidade de vida e um futuro melhor. O Estado, além de garantir o direito à educação, precisa pensar em políticas de permanência, para assegurar a continuidade desses jovens e adultos no ensino superior.

A universidade precisa pensar em políticas de subsistência, garantir não somente o acesso, e sim pensar no pertencimento do aluno à instituição, fazer uma nova avaliação do currículo, buscar conhecer esse público de trabalhadores do

noturno e, a partir disso, pensar em estratégias e reformulação do currículo, como inserção de eventos, atividades que possam acontecer no noturno. Fazer com que esta classe de trabalhadores sejam capazes de concluir o ensino superior e talvez para muitos não seja um simples diploma, seja um troféu, para ressignificar a vida e posição na sociedade.

Estudar no período noturno é, para inúmeros, a única opção para continuidade de estudo, já que trabalha durante o dia. Enquanto trabalhadora estudante, observei que maioria dos meus colegas compartilham da minha realidade. Deparei-me diversas vezes, tanto na sala de aula quanto nos corredores, com colegas em um torpor profundo pela necessidade física de descansar, dormir. No entanto, o carecimento de obtenção do título que propicia a nós, trabalhadores estudantes, melhores condições para enfrentamento no mercado de trabalho, fala mais alto e os obstáculos convertem-se em desafios a serem vencidos dia após dia.

Um dia, na universidade, vivenciei uma situação que me motivou escrever este trabalho. Fui excluída de um grupo, pois a equipe achou difícil que eu encontrasse uma brecha para me reunir com elas, uma vez que devido ao trabalho, não tinha disponibilidade para reunir-me no momento desejado, que era no turno vespertino. Essa situação mexeu profundamente com meu psicológico, fazendo-me refletir a respeito, inclusive com momentos em que pensei em desistir. Um dia me perguntei: como alguém que trabalha pode estudar? Estou em uma luta em vão? Com isso, o rompimento de barreiras e obstáculos me fez forte e, a partir daquele dia, me esforcei o máximo para tornar esse sonho possível.

A inquietação e a não submissão com a maneira vivenciada me levou ao seguinte problema: quais as condições de acesso e permanência de trabalhadores estudantes com o sucesso da formação no período noturno e quais possibilidades e limites desta formação? Efetuando-se uma reflexão acerca da lacuna entre a formação e as promessas contidas nos discursos das políticas educacionais.

A partir deste contexto, este estudo teve por objetivo geral: Conhecer os desafios vivenciados por trabalhadores estudantes do Curso de Licenciatura em Biologia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CCAAB-UFRB), para permanência e conclusão do ensino superior.

Quanto aos objetivos específicos:

- Relatar as dificuldades enfrentadas por esse tipo de acadêmico para desenvolver a sua vida universitária;
- Identificar as expectativas profissionais do trabalhador estudante na sua trajetória.

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujos dados foram coletados por meio de questionários, buscando alcançar os objetivos propostos. Participaram dezessete trabalhadores estudantes do curso de licenciatura em Biologia da UFRB, sendo onze do sexo feminino e seis do sexo masculino.

O trabalho encontra-se organizado em três capítulos: um capítulo teórico, o qual dialoga com os autores que discutem sobre estudo e trabalho, desafios, lutas, conciliação dessa dupla ou tripla jornada da classe trabalhadora; um capítulo metodológico, que apresenta a abordagem selecionada para a pesquisa, os métodos, instrumentos de pesquisa, as peculiaridades e o contexto no qual se deu o estudo; e um capítulo de dados, último capítulo, o qual traz as análises das percepções dos alunos participantes desta pesquisa acerca do trabalho e estudo, as suas experiências e desafios ao longo da sua trajetória acadêmica na Licenciatura em Biologia da UFRB.

1 DIÁLOGO COM AUTORES

Este capítulo teórico é composto por quatro seções, com objetivo de especificar os principais conceitos dos autores que norteiam esta pesquisa. Desta forma, são realizadas reflexões sobre: a história da universidade no Brasil, a universidade pós ditadura militar, a expansão do ensino superior no Brasil no século XXI, Trabalhar x Estudar; desafios e possibilidades.

1.1 HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

Para Teixeira (1962), a universidade é a instituição que recebe toda vontade do saber humano e que mais conhecimento científico gera, bem como é o lugar em que mais se inventam formas de aplicação do saber construído. A universidade é

também guardiã de saberes para que não se acabe a vontade de mais conhecimento para a vida continuar a andar, portanto, diz o autor: “São as universidades que fazem, hoje, com efeito, a vida marchar. Nada as substitui. Nada as dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombrosamente útil” (TEIXEIRA, 1962, p. 181-188).

A Universidade é uma instituição que demorou de se instalar no Brasil, quando comparada à América espanhola. Sua não existência no período colonial até 1808 é marcada por tentativas sem sucesso de abarcar os privilégios universitários aos colégios jesuítas. Isto releva a intenção da coroa portuguesa de assegurar a dependência do Brasil com relação à Universidade de Coimbra, a única universidade de Portugal naquele momento. Os colonizadores do Brasil, a fim de manter seus interesses, tiveram uma resistência em introduzir o ensino superior neste, tornando o Brasil um dos países da América Latina que mais demorou a ter acesso aos nível superior. No período do Brasil Colônia, houve várias tentativas de instituir uma universidade no território nacional, no entanto, todas fracassaram. Nos conventos jesuítas, franciscanos e carmelitas, os padres e seminaristas tinham acesso ao conhecimento de nível superior nas áreas de Filosofia, Teologia, Gramáticas Grega, Latina e Portuguesa, entretanto, ninguém externo aos conventos tinha acesso a esse nível de conhecimento (OLIVEN, 2005; FÁVERO, 2006).

A implantação do ensino superior no Brasil se deu apenas em 1808, com a chegada da Família Real, quando foram expulsos de Portugal pela invasão francesa. O rei D. João VI criou institutos de ensino superior de Medicina, Engenharia e Economia. Desse modo, esse nível de instrução nasce no Brasil como um modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante, destinado essencialmente a atender os filhos da aristocracia, que não podiam ir estudar no Velho Mundo devido ao bloqueio pela esquadra napoleônica.

Merece destaque a observação que todos os esforços realizados em prol da criação de universidades no período colonial e monárquico sofreram uma interferência negativa por parte de Portugal, demonstrando uma política de controle por parte da metrópole, destruindo qualquer perspectiva que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da colônia.

Diz Mendonça (2000, p. 34): “[...] o Príncipe decidiu criar um Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia, em fevereiro desse ano, atendendo ao pedido do cirurgião-mor do Reino, José Correa Picanço, um dos portugueses brasileiros

formados em Coimbra.” A partir daí, o Brasil começa a dar os primeiros passos na educação superior, mesmo sendo amparado pela universidade de Portugal. “[...] O modelo adotado combinou o pragmatismo da reforma pombalina em Portugal [...] que tinha como principais objetivos: trazer a educação para o controle do estado, secularizar a educação e padronizar o currículo” (MARTINS, 2002), para só depois institucionalizar o que se tornaria a primeira universidade de medicina da Bahia.

Por muitos anos, a teoria da universidade brasileira foi, basicamente, a pombalina – uma universidade técnica, prática, formando profissionais competentes para administração do Estado. Na prática, o que prevaleceu foi à formação de elites. [...] Os primeiros cursos superiores criados foram os de Medicina, Direito e Engenharia. As primeiras iniciativas nesse sentido começaram a acontecer a partir da transmigração da Família Real portuguesa, em 1808, os cursos funcionavam em instituições isoladas mantidas pelo Estado, destinadas a formarem profissionais para atender às necessidades do próprio Estado e da sociedade (RAUBER, 2008, p. 51).

Em 1808, foram criadas as cadeiras de anatomia no Rio de Janeiro e cirurgia no Rio de Janeiro e na Bahia, esses cursos funcionavam nos prédios antigos dos colégios jesuítas. Em 1813, a academia de medicina e cirurgia do Rio de Janeiro começou oferecer o curso cirúrgico. Em 1832, as academias de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia foram transformadas em faculdades, abrangendo, além dos cursos médico e cirúrgico, os cursos de farmácia e obstetrícia.

A criação de cursos superiores isolados se seguiu até o ano de 1909, quando surgiu à primeira instituição universitária, a Universidade de Manaus, seguida da Universidade de São Paulo (1911) e da Universidade do Paraná (1912). Estas tiveram uma curta duração e foram extintas. A primeira instituição de ensino superior (IES) que assume duradouramente o status de universidade é a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920. Os cursos superiores existentes até o ano de 1909 não atendiam satisfatoriamente a demanda e eram basicamente frequentadas pelos filhos da elite brasileira, pois se concentravam em capitais e, com isso, havia custos para manter os filhos estudantes longe de casa.

Todavia, o período que se estende de 1920 e 1968 compreende os anos mais críticos para a história da universidade no território nacional, ao longo do qual houve a efetiva implantação das instituições no Brasil e durante o qual assumiram a configuração que permanece até os dias atuais (MENDONÇA, 2000). Foi um período com muitos acontecimentos, ditadura militar, direitos de vários políticos

cassados, dando pleno poderes ao executivo nomear os representantes dos estados, marcado pela censura e depleção da liberdade de imprensa.

Em 1920, pelo Decreto nº 14.343, foi criada a primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro. “Segundo alguns estudiosos, a razão principal da criação da Universidade do Rio de Janeiro teria sido a necessidade diplomática de conceder o título de doutor *honoris causa* ao rei da Bélgica em visita ao país” (SOUZA, 2012, p. 51). Com a união da Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a Faculdade de Direito, houve a estruturação da universidade, embora as instituições funcionassem de forma isolada, sem integração entre suas áreas. A Universidade do Rio de Janeiro era voltada mais ao ensino do que à pesquisa, tendo caráter elitista (OLIVEN, 2002).

Em 1924, criou-se a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Associação Brasileira de Ciências (ABC), que tinha por objetivo conscientizar educadores, público e autoridades quanto aos problemas inerentes à educação nesse período, tentando buscar soluções mais adequadas e discutindo questões como concepções de universidade, funções das instituições universitárias e autonomia e modelo de universidade ideal (FÁVERO, 2006).

A partir de 1930 inicia-se o esforço de arrumação e transformação do ensino superior no Brasil. O ajuntamento de três ou mais faculdades podia legalmente chamar-se universidade. É nesses termos que se fundam as Universidades de Minas Gerais – reorganizada em 1933 – e a Universidade de São Paulo, que em 1934, já expressa uma preocupação de superar o simples agrupamento de faculdades (LUCKESI, 1991, p. 4).

Com a crescente e acentuada centralização política nos mais diferentes setores da sociedade, constata-se no ano de 1930 a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, durante o período do Governo Provisório de Vargas, tendo Francisco Campos como seu primeiro titular. Entre os anos de 1931 e 1932, o então ministro da Educação, Francisco Campos, decreta uma série de reformas na educação brasileira, criando o Conselho Nacional de Educação, regulamentando e organizando o ensino superior e o 2º grau e, particularmente, decretando o modo de organização da Universidade do Rio de Janeiro. Essas reformas promovidas por Campos se consolidaram com a criação do Estatuto das Universidades, cujo artigo 1º dizia:

O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios de conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem

preparo técnico e científico superior; concorre enfim, para a educação do indivíduo e da coletividade, para harmonia de objetivos entre professores e estudantes e para o aproveitamento de todas as atividades universitárias, a grandeza da Nação e o aperfeiçoamento da humanidade (GILES, 1987, p. 292).

Pelo Decreto nº 6.283/34, o Estado de São Paulo criou a sua primeira universidade em 1934, a Universidade de São Paulo (USP), a partir do movimento liderado por Fernando Azevedo, que buscava, com sua implantação, reconquistar a hegemonia política paulista, perdida devido à crise do café. Essa empreitada foi considerada por Oliven (2002, p. 5) “um divisor de águas na história do sistema brasileiro de Educação Superior.”

Para concretizar esse plano político, foram reunidas faculdades tradicionais e independentes, dando origem à nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que contou com professores pesquisadores estrangeiros, principalmente da Europa. A USP tornou-se o maior centro de pesquisa do Brasil, concretizando o ideal de seus fundadores (OLIVEN, 2002, p. 5).

Em 1935, Anísio Teixeira criou a Universidade do Distrito Federal (UDF), que tinha como um dos principais objetivos “a renovação e a ampliação da cultura e os estudos. As atividades voltadas à pesquisa foram estimuladas, mesmo com baixos recursos financeiros, com o objetivo de desenvolvimento social. A UDF surgiu com um princípio diferente das outras universidades do Brasil, inclusive da USP, caracterizando-se por tentar colocar em prática “as concepções e propostas da intelectualidade que, ligada à ABE e à ABC, empunhara, na década anterior, a bandeira de criação da universidade como lugar da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada.” (ALMEIDA, 1989, p. 195 *apud* FÁVERO, 2006, p. 25).

Em 1939, pelo Decreto nº 1.190, foi criado o primeiro curso de Pedagogia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, com o objetivo de formar bacharéis e licenciados. A partir desse momento, iniciou-se um modelo de licenciatura conhecido como “3 + 1”, em que eram dedicados três anos às disciplinas da Pedagogia, os conhecidos “Fundamentos da Educação” e um ano do curso de Didática, para a formação do licenciado (TANURI, 2000).

A organização da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil fez parte de um contexto social, econômico e político que envolveu, desde meados da década de 1930, a formação dos professores em nível universitário ou superior. Os anos de 1930 foram marcados por um intenso debate político relacionado às questões educacionais, destacando-se as

discussões sobre a formação docente. Entre as questões que se discutiam com relação à reforma educacional, havia um consenso de que a educação possuía o papel fundamental na construção de um Estado Nacional moderno (VIEIRA, 2008, p. 3).

A partir de 1940, as Faculdades de Filosofia passaram a ser frequentadas por mulheres que almejavam trabalhar como professoras no ensino secundário. Esse fato foi consequência da expansão do ensino e da entrada da mulher no mercado de trabalho. Essas faculdades se espalharam pelo país, sendo limitadas exclusivamente ao ensino e com infraestrutura defasada, em que cada curso formava um tipo específico de professor.

No final da década de 1940 e início da década de 1950, houveram algumas tentativas frustradas de buscar a autonomia integral das universidades. Na década de 1950, a rede federal de Ensino Superior se expandiu, principalmente com a "federalização" de instituições estaduais e privadas (SAVIANI, 2004). Com o desenvolvimento industrial e econômico do Brasil nesse período, houve conscientização de várias esferas da sociedade do cenário calamitoso instaurado nas universidades brasileiras. Assim, a partir da metade da década de 1950, começou-se a elaborar e discutir as propostas do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, confrontando a escola pública com a privada.

Em 18 de dezembro de 1960, pela Lei nº 3.848, foi criada a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, nome dado inicialmente à Universidade Federal Fluminense (UFF). Essa instituição surgiu com o objetivo de alavancar o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, que sofria com a crise na agricultura, com a formação de engenheiros, médicos, dentistas e advogados, entre outras carreiras. A então UFERJ buscou levantar a autoestima da população, que estava baixa devido à transferência do Distrito Federal para Brasília.

Em 1961, foi publicada a Lei nº 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Essa lei, que veio reafirmar na prática o modelo tradicional de instituições de Ensino Superior existentes no Brasil, manteve a preocupação com o ensino em relação à pesquisa. Em termos organizacionais, não houve grandes interferências, dando plenos poderes ao Conselho Federal de Ensino e reforçou a centralização do sistema de Educação Superior (OLIVEN, 2002). Entretanto, mesmo com essa expansão, ainda incipiente para a demanda, os trabalhadores e os filhos

dos trabalhadores continuavam excluídos desta estrutura, visto não existirem cursos ofertados no turno noturno. Assim, não havia como conciliar trabalho e estudo.

1.2 UNIVERSIDADE PÓS DITADURA MILITAR

Na década de 1960, a educação sofreu efeito negativo causado pelas intervenções militares, bem como retrocesso no caminho de desenvolvimento, mediante a interrupção de experiências educacionais no Brasil. Com a implantação do Golpe Militar e deposição do presidente constitucional João Goulart, a educação brasileira, da mesma forma que os outros setores da vida nacional, passou a ser vítima do autoritarismo que se instalou no País.

O golpe militar de 1964 fez as universidades sofrerem intervenção direta do governo, que buscava reprimir ações subversivas, tanto de alunos como de professores. Com isso, vários professores foram afastados, especialmente da Universidade de Brasília. Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino, impostas de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados – alunos, professores e outros setores da sociedade –, tendo como resultado um alto índice de repetência e evasão escolar, “escolas com deficiências de recursos materiais e humanos, professores mal remunerados e desestimulados e elevadas taxas de analfabetismo”. (PILETTI, 2010, p. 114).

O terror político alastrou-se para o campo educacional, numerosas escolas foram invadidas pela polícia, muitos professores e estudantes foram presos e exilados, e todas as escolas passaram a ser observadas por agentes dos órgãos de informações do governo, sob o controle do Serviço Nacional de Informações (SNI) (PILETTI, 2010, p. 115).

Como exemplo, temos a invasão à universidade de Brasília (UnB), ocupada por tropa do exército. Com a renúncia do reitor Anísio Teixeira, surgiram diversos pedidos de demissão, os professores contrários à repressão.

A União Nacional de Estudantes (UNE) foi transformada em Diretório Nacional dos Estudantes, órgão dependente de verba e orientação do Ministério da Educação, a pretexto daquela estar exercendo atividade “subversiva” e que, na verdade, consistia em manifestações de protesto “contra aquele estado de coisas – reivindicação de ampliação de vagas em escolas públicas, cessação da ingerência externa”. (PILETTI, 2010, p. 115-116).

Em 09 de abril de 1964, expediu-se o Ato Institucional nº 1 (AI-1), mantendo a ordem constitucional vigente (Constituição de 1946 e as Constituições estaduais), mas impondo várias cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos sem a necessidade de justificação, julgamento ou direito de defesa. Para Presidente, elegeu-se o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, para um período complementar de três anos. Castello Branco governou com base no Ato Institucional referido (AI-1) e em atos complementares (SILVA, 2015, p. 88).

Nova crise culminou com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, que acabou com as eleições diretas para presidente e governador e com os partidos políticos de até então, estabelecendo o “bipartidarismo”, com a instituição de um partido de apoio ao governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e outro, de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Como observação, Maria Luisa Santos Ribeiro refere-se ao “bipartidarismo” entre aspas, julgando ser necessárias dado “os evidentes limites de um partido de oposição decretado por um poder executivo ditatorial” (RIBEIRO, 1993, p. 157).

Veio ainda o Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 05 de fevereiro de 1966, que estabeleceu normas para as eleições federais, estaduais e municipais, e o Ato Institucional nº 4 (AI-4), de 12 de dezembro de 1966, que estabeleceu os procedimentos a serem obedecidos pelo Congresso Nacional para a votação do projeto de Constituição elaborado pelo Executivo. Tal projeto foi aprovado em 22 de dezembro de 1966, depois de sofrer algumas emendas. Em 24 de janeiro de 1967, a nova Constituição foi promulgada (RIBEIRO, 1993, p. 157-158).

No dia 13 de dezembro de 1968, sexta-feira, o País foi submetido ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), que rompeu com a ordem constitucional vigente, ao qual se seguiram mais uma dezena e muitos atos complementares e decretos leis, dando plenos poderes ao presidente para fechar o Congresso, cassar mandatos, suspender direitos políticos, etc. Doente, o Presidente Marechal da Costa e Silva foi impossibilitado de continuar governando, e dessa forma foi declarado temporariamente impedido do exercício da Presidência pelo Ato Institucional nº 12 (AI-12), de 01 de setembro de 1969, que atribuiu o exercício do Poder Executivo aos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, que completaram o preparo de novo texto constitucional, promulgado em 17 de outubro de 1969, como Emenda Constitucional nº 1 à Constituição de 1967, para entrar em vigor em 30 de outubro de 1969 (SILVA, 2015, p. 89).

Os anos de 1960 foram retratados por um movimento visando à reforma do ensino universitário brasileiro, cujos participantes foram os docentes, pesquisadores e movimento estudantil. Em 1966, foi promulgado o Decreto-Lei nº 53¹, que definiu as regras de estruturação para as universidades federais. O Decreto nº 4.464/64 da União dos estudantes (UNE) e o Decreto nº 228/67 limitaram a existência de organizações estudantis ao âmbito estrito de cada universidade. Já o decreto nº 477/69 que impôs severas punições aos estudantes ou funcionários que desenvolvessem atividades hostis ao regime militar.

Posteriormente ao golpe de 1964, existia entre estudantes e professores um clima de descontentamento com a estrutura universitária existente.

Entre 1985 e 1996, o número de universidades particulares triplicou, passando de 20 para 64 estabelecimentos (MARTINS, 2009, p. 23). Acredita-se que a expansão das universidades privadas foi norteada pela percepção de seus proprietários de que a existência de estabelecimentos maiores oferecendo cursos diversos gozaria de vantagens competitivas no ensino superior.

Mesmo com a expansão do ensino superior no século XX, as universidades não contemplavam a todos, principalmente a classe trabalhadora, porque em sua grande maioria os cursos eram ofertados no diurno, por isso as pessoas que trabalhavam não podiam frequentar. Sem contar que os cursos eram muito caros – engenharias, direito, medicina – e basicamente só frequentavam as universidades os filhos dos fazendeiros, os elitizados que eram bancados pelos pais. Ademais, os cursos eram ofertados de forma integral e só podiam estudar aqueles que não trabalhavam ou no mínimo trabalhavam meio período ou quem realmente tinha condições de custear.

Na década de 1980, em função da crise econômica vivenciada pelo país expressa num grave quadro inflacionário e no aumento das taxas de desemprego, ocorreu uma desaceleração da expansão do ensino superior (MARTINS, 2009, p.

¹ O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 31 do Ato Institucional nº 2, e tendo em vista o Ato Complementar nº 3,

DECRETA:

Art. 1º As universidades federais organizar-se-ão com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade das suas funções de ensino e pesquisa e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

Art. 2º Na organização das universidades federais, observar-se-ão os seguintes princípios e normas:

24). Neste momento, as instituições públicas passaram a se instalar em áreas geográficas de maior interesse econômico para rede privada.

O início da década de 1990 foi frisada pela estagnação do crescimento de matrículas no ensino superior do País. A exigência de amplificação do acesso a esse nível de ensino era evidente, o que foi possível após a chegada do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2003.

1.3 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Na década de 1990, o número de alunos cursando o ensino médio era muito grande. Pensando na possível imersão desses alunos no ensino superior, fez-se necessário pensar na expansão deste ensino.

As mudanças se iniciaram timidamente no governo de Collor de Melo (1990-1991), continuou minimamente no de Itamar Franco (1992-1994) e recrudescer no de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002). FHC, eleito e reeleito entre 1995 a 2002, assume o poder dando continuidade ao novo paradigma (minimização do papel do Estado nas políticas públicas) que se instalava no país (SGUISSARDI, 2006, p. 1026).

Tendo em vista essa expansão em tão pouco tempo, o País esbarrou com uma massa de alunos interessados em dar prosseguimento aos estudos em nível superior, conforme elucida o Conselho Nacional de Educação no trecho do parecer aprovado em abril de 2001:

O rápido crescimento do número de alunos cursando e concluindo o ensino médio e com as constantes mudanças verificadas no mundo trabalho, aumenta a demanda pela oferta da educação pós-média superior ou não. O volume de processos nos quais é solicitada autorização para oferta de cursos superiores de tecnologia e os dados do censo do ensino superior indicam que há demanda substancial por oferta de cursos superiores de tecnologia (PARECER CNE/CES 436/2001, p. 9).

Sendo assim, diante de uma demanda intensificada em pouco tempo, as instituições de ensino superior se difundiram pelo País. Portanto, o governo teve que fazer alterações em suas políticas educacionais, aspirando a não banalização do ensino. Esses ajustes resultaram na criação de decretos, leis e emendas constitucionais que aperfeiçoaram a expansão de cursos e vagas neste nível de ensino.

Segundo Carvalho (2010), essas mudanças podem ser conferidas especialmente a partir da aprovação da LDB 9394/96, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, assinada em 20 de dezembro de 1996. Essa lei dedica os artigos entre 43 a 57 ao ensino superior, apontando a necessidade de reforma mais contundente em todos os níveis educacionais e destaca o papel do Estado como controlador e gestor das políticas educacionais; e também do Plano Nacional de Educação (PNE), um “[...] passo decisivo para essas mudanças” (DOURADO, 2002, p. 8).

Com as alterações aplicadas para a reformulação da educação brasileira a partir da LDB, merecem ênfase as políticas de incentivo para a expansão do ensino superior privado, inserindo a desagregação, transigência, diversificação e avaliação de ensino. Esse vigente modelo educacional para o ensino superior foi regulamentado pelo Decreto nº2306/97 assinado em 19 de agosto de 1997.

Para essa vertente, Assis (2008) acrescenta que:

Por meio desse decreto o governo regulamentou a flexibilização, a diversificação e estabeleceu as IES com finalidade lucrativa, com o objetivo de expandir as vagas na educação superior. Foram, ainda, criados os centros universitários como uma modalidade de instituição que deveria possuir excelência no ensino de graduação. Outros formatos institucionais também foram normatizados: faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores (ASSIS, 2008, p. 133).

Esse sistema expansionista deixa tangível a cobiça mercadológica que está associada ao processo de diversificação das instituições e cursos, na concessão curricular e de turnos. A era de FHC (1995-2002), no entanto, constitui-se período marcante como movimento expansionista e de reconfiguração do campo universitário brasileiro, assumindo feição nitidamente privada (DOURADO; OLIVEIRA; CATANI, 2003, p. 24).

Segundo Sguissardi (2000), a expansão do ensino superior favoreceu o surgimento de outras universidades, as quais deveriam ser de pesquisa e de ensino, pois, em outras palavras, era notável a dualidade entre ambas. Com isso, nem todas teriam obrigatoriedade de desenvolver o tripé ensino, pesquisa e extensão.

A universidade se faz através do tripé dos princípios: ensino, pesquisa e extensão. A falta de junção deles não proporciona ensino de qualidade. É necessário ter conhecimento do significado de cada um para compreender a

importância deles na composição de funcionamento das Universidades. Diz Nunes (2019):

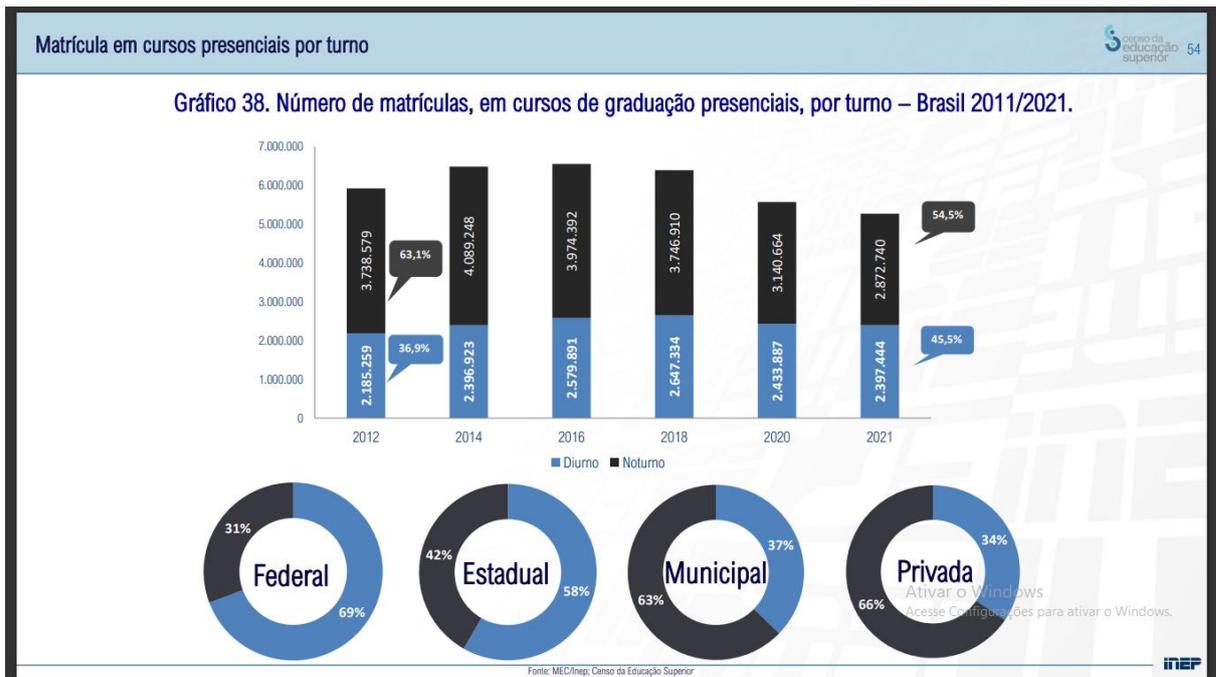
ensino é o processo de construção do saber com a apropriação do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Já a pesquisa é o processo de materialização do saber a partir da produção de novos conhecimentos baseados em problemas emergentes da prática social. E a extensão pode ser entendida como processo educativo, cultural e científico, de intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da sociedade (NUNES, 2019, s/p).

Para substanciar o que a autora afirma, é pertinente citar algumas finalidades da educação superior presente na LDB –Lei nº. 9.394/96 (BRASIL, 1996), no Art. 43:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o atendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultura e da pesquisa científica e tecnológica na instituição (BRASIL, 1996.)

Dentro da realidade expansionista, outro fator fez-se importante: a criação dos cursos no período noturno.

De acordo com o PNE é preciso diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos seqüenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino. Essa oferta contribuiria de forma significativa para a expansão da educação superior pública, consolidando a universidade pública noturna, que atenderia, em geral, alunos trabalhadores oriundos de camadas menos favorecidos da sociedade (AMARAL, 2001, p. 19).



Fonte: MEC/INEP (2021).

O gráfico acima demonstra o crescimento do ensino noturno ao longo dos anos, quando comparado ao ensino diurno, tendo um maior pico de crescimento nos anos 2014, 2016, 2018. Portanto o ensino noturno tem prevalectimento nas instituições de ensino privado e menor taxa de procura nas instituições federais, de acordo com o Censo.

Esse resultado se deve à oferta dos cursos, na qual as instituições privadas possuem opções em diversas áreas, possibilitando o aluno fazer escolhas onde existe uma taxa baixíssima de concorrência. Já as instituições Federais possui variedades de cursos no turno diurno, os alunos que trabalham durante o dia não conseguem ter acesso, sobrando-lhes somente à noite para frequentar o ensino superior. Como as universidades federais não oferecem opções para o noturno, culmina numa maior procura do ensino noturno pelo ensino privado.

A introdução de uma maior diferenciação no ensino superior, ou seja, a criação de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas podem contribuir, para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 31).

Os anos 2000 marcam o período de implantação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI),

adotando uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público através do aumento da oferta de vagas e criação de programas sociais que possibilitam a permanência dos discentes no ensino superior (AGAPITO, 2016, p. 132).

O REUNI, objeto do Decreto nº 6.096/07, tem como objetivo atribuir as universidades federais condições necessárias para que possam ampliar as vagas no ensino superior e diminuir a evasão dos alunos, no nível de graduação, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes. Igualmente, ressalta a importância de propiciar a mobilização estudantil e a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.

O REUNI compreende diretrizes de expansão de matrículas, em especial no turno noturno; diversificação da graduação, mobilidade estudantil ampla; articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; programas de inclusão social e assistência estudantil. As universidades participantes apresentaram propostas comprometendo-se com metas de eficiência: alcançar, ao final do programa, taxa de conclusão de 90% e relação aluno/professor de 18/1. Convém registrar que o indicador da taxa de conclusão aparentemente inalcançável como média geral, na verdade incentiva o aproveitamento de vagas residuais por mobilidade interna ou externa. Por outro lado, a relação aluno/professor pode incorporar estudantes de pós-graduação, obedecendo aos critérios de qualidade da CAPES. (ALMEIDA FILHO; SANTOS BOAVENTURA, 2008, p. 189).

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil em princípios dos anos 2000 e teve sua campanha pautada em políticas públicas visando à reestruturação para enfrentar a crise vivida pelas universidades públicas, tornando a expansão e acesso do ensino superior possível, com a ampliação de acesso e garantia de permanência. Além do REUNI, reestruturou o PROUNI e FIES.

O Programa Universidade para Todos – PROUNI, lançado em 2004, consiste em concessão de bolsas de estudo para alunos de graduação em universidades privadas. São concedidas bolsas parciais para os estudantes cuja renda familiar, por pessoa, seja de até três salários mínimos e bolsas integrais para aquelas cuja renda familiar é inferior a um salário e meio. Como forma de incentivar as universidades particulares a participarem do programa, tem sido oferecida a isenção de impostos. As críticas que estão sendo feitas a este programa encontram-se vinculadas à redução de expectativas dos jovens das camadas mais pobres de terem acesso ao ensino superior público (PINTO, 2009). Os alunos que são oriundos das escolas

públicas e classes menos favorecidas possuem um ensino básico fragilizado, o que ao adentrar no ensino superior, encontram dificuldades para acompanhar e permanecer na universidade. Faz-se necessário, melhorar na formação destes jovens para facilitar o acesso e permanência.

Já o FIES, criado em 1999 no governo FHC para substituir o Programa de Crédito Educativo – PCE/CREDUC, foi aprimorado no governo Lula, passando a ser destinado a estudantes matriculados em instituições privadas de educação superior, reconhecidas pelo MEC, com exigência de participação no Enem. Assim, feita a inscrição, o estudante pode ter até 100% de seu curso financiado, o qual poderá ser pago num prazo até três vezes superior ao da graduação, com juros de 3,4% ao ano (ROSA, 2013, p.173).

Embora o governo Lula tivesse permitido a retomada de investimentos em universidades federais, aumentando o número de vagas, instituições e campi, com o suporte do programa REUNI, de outro modo ofereceu condições para a expansão das instituições privadas, que teve suporte do ProUni (SAVIANI, 2010). Em outras palavras, proporcionou e subsidiou a ampliação das instituições particulares.

Os programas de financiamento ao estudante são considerados estratégias formais para autorizar, de maneira indireta, o financiamento público das instituições privadas. Diz as autoras Pachane e Vitorino (2015):

Apesar da oposição entre partidos e até certa rivalidade entre suas concepções, é possível considerar que o governo de Lula tenha dado continuidade a muitas das ações de FHC [...] o PROUNI (Programa Universidade Para Todos), continuidade do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) – ambas formas de financiamento para estudo em instituições de ensino superior privadas[...] (PACHANE E VITORINO, 2015, p. 444).

Por outro lado, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, teve como objetivo retomar o crescimento do ensino superior público, ofertar cursos noturnos, “[...] para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p. 1).

É importante salientar que a ampliação dos cursos noturnos foi um conquista histórica que a princípio sofreu resistência dos professores, que já tinha sua carga

horária diurna e não queriam lecionar no noturno, embora na modalidade de ensino noturno o repasse de verbas seja maior. Afinal a proposta de governo do presidente Lula foi: *uma escola do tamanho do mundo*. Um ensino que pudesse contemplar todos, inclusive a classe trabalhadora.

[...] comprova que a rede federal de educação superior envidou os esforços necessários para atingir seu principal objetivo institucional que é o de garantir a ampliação do número de vagas no ensino superior público. Além disso, durante esse primeiro período de execução do Reuni, as universidades tiveram condições de reestruturarem-se, garantindo ampliação de suas instalações físicas e ampliando sua presença nas regiões do país que antes não contavam com estruturas universitárias (REUNI, 2008, p .15).

Os exames vestibulares deixam de ser obrigatoriedade e na sequência, em 1998, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, uma prova realizada para avaliar a qualidade do ensino (CUNHA, 2010) e que, no decorrer de sua implantação, tornou-se uma das principais ferramentas para ingresso na educação superior, assim democratizando o acesso de estudantes oriundos de escola pública à universidade e a bolsa de estudos. O Enem, além de avaliar o ensino, proporciona aos alunos de escolas públicas e privadas as chances de continuarem estudando e conseqüentemente encontrarem melhores vagas no mercado de trabalho. O Enem veio para facilitar o acesso ao ensino superior e atualmente é uma porta de entrada para algumas instituições da rede pública. Existe ainda diversas universidades que optam pelo próprio vestibular, se colocam excludentes quando se pensa na questão do trabalhador estudante, dificulta o acesso, para quem trabalha é desigual concorrer, quando comparado com quem passa horas se preparando.

Com a reformulação do Enem pela Portaria nº 462 de 2009, tornou-se possível a utilização da nota obtida no exame de forma diversa para acesso à educação superior, seja como fase única, como primeira fase, de forma combinada com o vestibular da própria instituição ou, ainda, como critério único de seleção para as vagas excedentes do vestibular. Através do Sisu — instituído pela Portaria Normativa nº 02 de 2010, regulado pelo MEC, e a partir de 2012 regido pela Portaria Normativa nº 21 de 05 de novembro de 2012 —, os candidatos são selecionados para vagas nas universidades públicas com base nos resultados obtidos no Enem em uma única etapa. A adesão ao Sisu está diretamente relacionada ao Enem, tendo em vista a Portaria Normativa nº 21 de 2012, que dispõe:

Art. 2º - O Sisu é o sistema por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem. § 1º - O processo de seleção dos estudantes para as vagas disponibilizadas por meio do Sisu é autônomo em relação àqueles realizados no âmbito das instituições de ensino superior, e será efetuado exclusivamente com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP no censo da educação superior de 1996, o Brasil possuía um total de 922 instituições de ensino superior, sendo que 711 eram instituições privadas e apenas 211, instituições públicas. Para substanciar a análise feita no governo FHC, em 2003 o número de IES foi para 1.859 em seu total geral, deixando clara a expansão acelerada das instituições privadas, com o total de 1.652, comparado as instituições públicas, que sofreu decréscimo de 211 para 207. Esses dados levam a considerar que a educação superior é tratada como mercadoria e os diversos tipos de instituições universitárias e cursos em associação com o aparato de mercado. Em meio a este cenário de estagnação da expansão das universidades públicas concomitante ao crescimento das universidades privadas, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil e teve sua campanha pautada em políticas públicas visando à reestruturação para enfrentar a crise vivida pelas universidades públicas. O Prouni estabelece que, em troca de isenção fiscal, as instituições de ensino superior privado disponibilizassem bolsas de estudos sem restrição de curso ou turno. Diz Aguiar (2016).

Ao final do governo Lula, segundo balanço oficial, foram contabilizados 748 mil estudantes com bolsas do ProUni, sendo 69% com bolsas integrais. Desse total, 48% são afrodescendentes. Dentre estes, 5.194 estudantes receberam bolsa permanência, no valor de R\$ 300,00, destinada a alunos 27 que realizam cursos de período integral (mais de seis horas diárias) (AGUIAR, 2016, p. 122).

O governo Lula contemplou outras políticas para garantia de permanência ao ensino superior, além do REUNI, PROUNI, o FIES que tem como principal objetivo financiar os estudos em uma universidade privada.

1.4 TRABALHAR X ESTUDAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A esperança de alcançar sonhos por meio dos estudos é, talvez, o maior projeto na vida de milhares de pessoas, que procuram organizar e idealizar seu

futuro passando pela perene função de adequar-se às imposições que o assustador mercado de trabalho exige.

O ininterrupto crescimento do mercado de trabalho, causado pelas propostas de emprego, propicia aos jovens e adultos maiores incentivos que intensificam as suas expectativas de futuro, com planos voltados a independência financeira e progresso profissional, além de mudança de status social.

Segundo Karl Marx (2010), o trabalho pode ser delineado como um processo em que o ser humano com sua típica ação, promove, assume e domina sua permuta com a natureza e as relações sociais.

O ser humano, na condição de ser social, necessita produzir para sua existência como condição de sua sobrevivência. Desta forma o homem se diferencia dos outros animais pelo ato de trabalhar, dando forma ao contexto em que vive e a natureza, criando assim a essência de seu existir. Antes de tudo, o trabalho é um processo do qual participa o homem e a natureza como processo natural (MARX, 2010, p. 204).

Karl Marx ainda reconhece as categorias trabalhistas como instrumento vital à vida humana nas trajetórias de cada um. Além disso, define o trabalho como algo paralelo entre o ser humano e natureza, dentro do processo necessário para a sobrevivência enquanto ser social.

A relação entre educação e trabalho vem se estreitando e tornando-se mais visível a partir do surgimento das cidades modernas, bem como das transformações científicas, tecnológicas e econômicas que ocorreram mais tarde e reconheceram que a educação, ao qualificar os trabalhadores, pode vir a contribuir para o desenvolvimento econômico (SAVIANI, 1994).

A divisão do tempo do estudante nas atividades de trabalho e estudo pode ser um fator desfavorável para sua permanência no curso. O estudante de origem popular que precisa conciliar essas duas atividades enfrenta um desafio que, na maioria das vezes, compromete a sua desenvoltura na formação acadêmica porque dispõe de menor tempo para se dedicar às atividades do curso, participação em projetos de extensão, seminários, grupos de pesquisa.

[...] a dificuldade de ajuste entre as exigências da escolarização e a necessidade de trabalhar, vivida por contingente expressivo do alunado. Entre a intenção de um estudante que pretende ingressar na educação superior e seu efetivo ingresso, encontramos um importante obstáculo a transpor, relacionado à situação de trabalho. Por vezes o trabalho dificulta a escolarização, por vezes a ausência de trabalho impede a escolarização (VARGAS; PAULA, 2013, p. 465).

As autoras ainda complementam que o insucesso na trajetória acadêmica recai sobre a dificuldade do estudante em conciliar o trabalho e os estudos. Essa dificuldade retrata ainda uma situação de injustiça para o trabalhador estudante de baixa renda, que compromete o investimento nos estudos e o tempo tem que ser dividido entre as duas atividades. De outro norte, o estudante que pode se dedicar exclusivamente aos estudos vem de uma origem socioeconômica mais favorecida e tem a seu favor condições mais favoráveis ao êxito escolar.

Todavia, o que se instituiu ao extenso processo histórico foi à objeção entre a necessidade e perspectivas.

Para Carneiro (2009),

O trabalhador estudante é uma categoria de trabalhador que tem existência específica no capitalismo brasileiro, onde o indivíduo precocemente tem que primeiro trabalhar para prover a sua subsistência e em um segundo momento viabilizar /lutar para alcançar acesso à educação/conhecimento socialmente produzido para sua formação/profissional. Esta especificidade do trabalhador estudante brasileiro se deve à perversão da classe dominante brasileira, que até a atualidade, apesar da luta dos trabalhadores por acesso e conclusão do ensino fundamental, este ainda não foi universalizado. É esta realidade de sonegação das condições objetivas de promoção e disponibilização do conhecimento pelo Estado representante da classe dominante, que tem levado a exclusão da maioria dos jovens de acesso ao curso superior público e gratuito, mas sim aos privados e pagos instituindo a categoria trabalhador estudante (CARNEIRO, 2009, s/p).

Esse trabalhador estudante sujeito do vigente estudo tem exercido uma luta por acesso e conclusão dos numerosos níveis de educação. Existe uma incessante apreensão entre o que a legislação e a retórica governamental trazem como direito e o que a conjuntura concreta lhe proporciona.

No entanto, a conquista do título possibilita uma melhor condição de enfrentamento dos obstáculos e tornam os desafios a serem vencidos dias após dia. Estudar no período noturno é para muitos uma singular opção, só existe ela para prosseguir os estudos, se trabalham durante o dia. A pesquisa desenvolvida por Cardoso (1994) defende a oferta dos cursos noturnos: “É claro que sou adepta dos cursos superiores noturno. Seria desastroso impedir ao aluno pobre, ao aluno adulto, ao aluno trabalhador, o acesso aos estudos mais elevados.”

Para Reis (2013),

Se a permanência, tal como concebemos, requer duração, sucessão e simultaneidade, nos parece obvio que ela não pode ser resumida,

meramente, a medidas de caráter assistencialista. Também precisa ser pensada como política efetiva do Estado, no sentido de garantir e fortalecer a trajetória acadêmica de estudantes negros em conjunto com as políticas de acesso, devem ser estabelecidas políticas de permanência que permitam as condições adequadas de estudo e formação acadêmico – científica (REIS, 2013, p.184).

A concretização das políticas de permanência ainda é muito carente. A permanência do trabalhador estudante também está vinculada às inferências das políticas públicas seletivas que lhe atesta o acesso, embora o item permanência ainda se encontre debilitado.

Ressalta-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo federais possuem espaço para este fim, destacando-se a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno (BRASIL, 2001, p. 34).

À vista disso, a responsabilidade da universidade vai muito além do que caracteriza sua existência física. A universidade deve incluir na dinâmica do trabalhador estudante o seu formato de funcionar (entender o tempo de estudo e vida do trabalhador) tendente de ofertar um maior rendimento, ao mesmo tempo em que é um espaço promissor de conhecimento.

O próximo capítulo apresenta a metodologia, um pouco sobre a abordagem da pesquisa, como foi construído o dispositivo de dados, quem são os participantes e o local de estudo.

2 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Método científico pode ser definido como um conjunto de etapas e instrumentos pelo qual o pesquisador direciona seu projeto de trabalho com critérios de caráter científico para alcançar dados que suportam ou não sua teoria inicial (CIRIBELLI, 2003). Deste modo, o pesquisador tem toda a liberdade de estabelecer quais os melhores instrumentos vai utilizar, para cada tipo de pesquisa, a fim de atingir resultados fundamentados e com possibilidades de serem generalizados para outros casos.

Pesquisar é o ato de busca e confrontos de informações para obter conhecimento, assim possibilitando discordar ou confirmar o entendimento. Isto nos

leva a crer, de acordo com Gatti (2010), que não há verdades absolutas. Em geral, a pesquisa tem sua relevância, seja para resolução de problemas e/ou para constatá-lo. Ludke e André (2014) abordam a relevância social da pesquisa e do pesquisador na busca do pensamento que conduz ao saber científico.

Este capítulo está dividido em seis subseções: abordagem da pesquisa, dispositivo de construção de dados, lócus e público da pesquisa, participantes da pesquisa, organização e análise de dados e ética na pesquisa.

2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Para Gil (1999, p. 42), a pesquisa tem um caráter pragmático, um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. “O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científico.”

A abordagem escolhida para este trabalho foi à qualitativa, porque se adequa ao tema, traz dados descritivos; dá relevância do processo no cotidiano; e esforça-se para captar a perspectiva dos participantes.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Sendo assim, a pesquisa é o meio com o qual se produz novos conhecimentos, com o objetivo principal de descobrir soluções para problemas por meio do emprego de procedimentos metodológicos.

No âmbito educacional, a perspectiva qualitativa caracteriza-se como um instrumento de contato efetivo entre o pesquisador, o ambiente, a situação e o objeto que está sendo investigado, uma vez que a presença do pesquisador no campo de estudo é indispensável (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

As pesquisas denominadas qualitativas têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem, valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o

ambiente e a situação que está sendo estudada (GODOY, 1995). Esse pensamento é igualmente ressaltado por Stake (2011),

Para a pesquisa qualitativa [...] o próprio pesquisador é um instrumento ao observar ações e contextos e, com frequência, ao desempenhar intencionalmente uma função subjetiva no estudo, utilizando sua experiência pessoal em fazer interpretações (STAKE, 2011, p. 30).

Nessa perspectiva, é a abordagem qualitativa que permite ao pesquisador estar o mais próximo possível de seu objeto de estudo, uma vez que nessa abordagem, não são fórmulas e máquinas que processarão resultados, mas os dados serão o resultado das observações, coletas e análises de informações. É a partir desse processo que a pesquisa é construída.

2.2 DISPOSITIVO DE CONSTRUÇÃO DE DADOS: O QUESTIONÁRIO

Os dados foram coletados através de aplicação de questionário, com respostas objetivas e subjetivas, método que possibilitou abranger um maior número de estudantes, já que os participantes são trabalhadores estudantes, que comumente não dispõem de tempo. Deste modo, seria possível encontrar uma brecha para respondê-lo no horário de trabalho. Ainda assim, a aplicação foi tensa e desgastante, com necessidade de cobrança da devolução dos questionários. A todos os participantes, foi oferecido previamente duas possibilidades de modalidade do questionário – impresso ou digital –, com apenas cinco pessoas optando pela versão online.

Os questionários são formados de uma série de questões que serão submetidas a um determinado grupo de pessoas a fim de se obter informações específicas sobre um determinado assunto (FACHIN, 2006, s/p).

O questionário foi pensado como ferramenta propícia para colher as informações necessárias para fundamentar o trabalho, uma vez que traz maior flexibilidade para aplicação. As perguntas foram elaboradas de forma clara e objetiva para um bom desenvolvimento e resultados para pesquisa. O questionário foi dividido em blocos: dados do participante, perfil dos participantes e as perguntas abertas (apêndice A).

Para a construção dos dados, foram distribuídos 68 questionários entre diversos estudantes do curso de Licenciatura em Biologia. Apenas dezessete foram devolvidos, sendo doze impressos e cinco digitais. A coleta aconteceu entre o período de 28 de outubro de 2022 e 16 de dezembro de 2022. Os participantes desta pesquisa são trabalhadores alunos que estão cursando o 7º, 8º, 9º, 10º e 13º semestres.

Visto que a maior parte dos estudantes são oriundos do Recôncavo da Bahia, para identificação dos respondentes, cada questionário foi nomeado com uma cidade do Recôncavo. Dentre elas: Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Francisco do Conde, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.

2.3 LOCUS E PÚBLICO DA PESQUISA

O curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é parte do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, sediado em Cruz das Almas, e foi criado em 25 de julho de 2007, sendo que, recentemente, obteve reconhecimento pelo MEC, atingindo nota 4 (Portaria Nº 133, de 27 de julho de 2012). Este curso funciona no período noturno e tem carga horária total de 2.818 horas, distribuídas em 8 semestres. O ingresso se dá através do SISU. O estudante de Licenciatura em Biologia tem a oportunidade de ter contato com as diversas áreas da Biologia, não só através das disciplinas, mas também através da vivência acadêmica e participação em inúmeros projetos desenvolvidos pelos docentes do curso. Como futuro profissional do ensino de Biologia, o discente também terá em seu currículo, a formação necessária para atuar de acordo com as exigências do mercado de trabalho atual na educação brasileira.

De acordo ao PPC o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas tem como objetivo formar profissionais que exerçam a atividade docente na educação básica em Ciências Naturais e Biologia, conscientes da sua responsabilidade social, com visão crítica e espírito solidário, preparados para desenvolver ideias inovadoras e ações estratégicas, capazes de atuar com responsabilidade e qualidade em prol da conservação da biodiversidade, políticas de saúde, meio ambiente, bioprospecção, biossegurança e gestão ambiental, tanto nos aspectos educacionais quanto técnico-

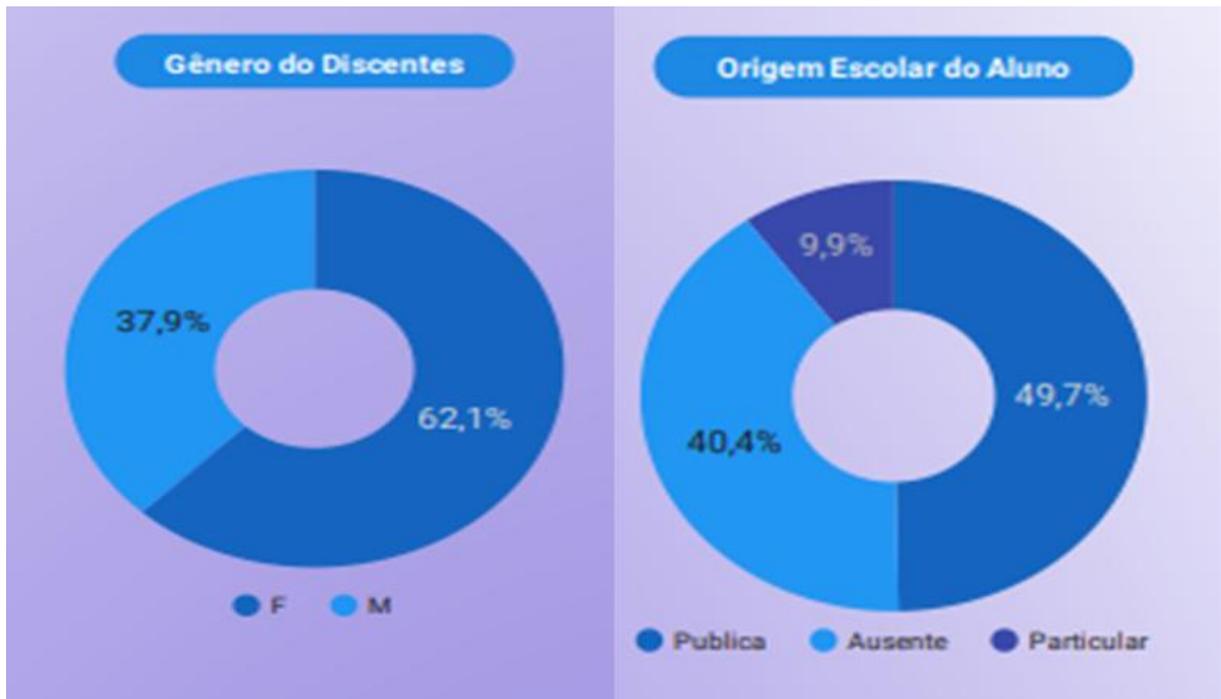
científicos. De acordo ao PPC do curso, tem como objetivo formar profissionais comprometidos com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional por critérios humanísticos; compromisso com a cidadania e rigor científico, bem como por referências éticas e legais, com capacidade de se tornar agente transformador da realidade presente, na busca da melhoria da qualidade de vida e apto a atuar na multi e interdisciplinaridade, adaptável a dinâmica do mercado de trabalho e às interdisciplinaridade, adaptável a dinâmica do mercado de trabalho e às mudanças contínuas do mesmo.

Em relação aos partícipes, a pesquisa foi realizada com estudantes entre o 7º até o 13º semestre do curso de licenciatura em Biologia da UFRB, campus Cruz das Almas - BA. A escolha por estudantes que estivessem no 5º semestre em diante se deu pelo fato dos mesmos já terem cursado a primeira metade do curso, ter vivido diversas experiências, desafios, ter repostas consolidadas sobre o desdobramento de ser estudante trabalhador no ensino superior. Dos 17 respondentes do questionário, apenas um deles está semestralizado.

A pesquisa foi realizada com estudantes da licenciatura em biologia da UFRB, de ambos os sexos, dos quais onze são mulheres e destas, nove são mães, e seis homens. A idade variou entre 20 até mais de 50 anos. Os respondentes são predominante do gênero feminino, onde maioria são mães, tendo uma tripla jornada diariamente (estudante, trabalhadora e mãe). Todos trabalham exercendo carga horária entre 4 e 10h horas de trabalho por dia. Seis participantes são chefe de família, isso quer dizer que eles precisam garantir o sustento da casa.

De acordo os dados da PROGRAD UFRB (2023), o curso da Licenciatura em Biologia tem atualmente 1.207 alunos matriculados, tendo como maior público o gênero feminino. A figura 2 mostra que 62,1% dos alunos são mulheres e apenas 37,9% são homens. Majoritariamente todos entraram pelo SISU e 40,4% dos alunos são oriundos da rede pública de ensino e de cidades do Recôncavo.

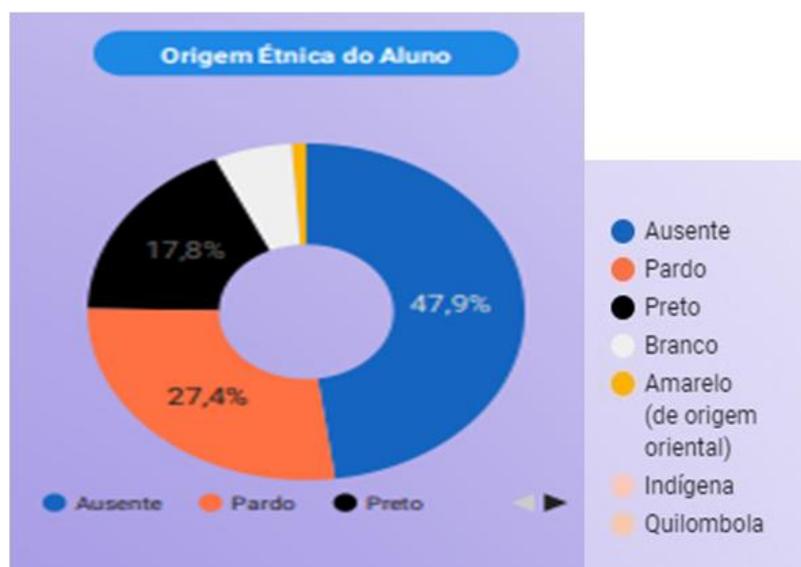
FIGURA 2. GÊNERO E ORIGEM ESCOLAR DOS PARTICIPANTES.



Fonte: PROGRAD UFRB (2023).

De acordo aos dados oficiais da PROGRAD UFRB (2023) 47,9% não declararam sua etnia, com isso, entende-se que alguns estudantes negam sua cor, raça e etnia, 27,4% se autodeclararam pardos e 17,8% pretos (figura 3), sendo assim, o curso de Licenciatura em Biologia tem maior representantes negros.

FIGURA 3. ORIGEM ÉTNICA DOS DISCENTES.



Fonte: PROGRAD UFRB (2023).

Todos os 1.207 alunos matriculados no curso são de diversos lugares da Bahia, com estudantes desde Cruz das Almas até São Paulo, mas o que predomina são estudantes advindos dos municípios do Recôncavo Baiano.

FIGURA 4. ORIGEM DOS ESTUDANTES.



Fonte: PROGRAD UFRB (2023).

Importante salientar que o deslocamento entre esses municípios e a universidade no período noturno é feito por meio de transporte público disponibilizados pelas prefeituras, vale ressaltar a dificuldade dos estudantes chegarem no horário que de fato inicia a aula, às 18h30, assim como dias de feriados ou datas comemorativas e o transporte não roda.

2.4 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram organizados por categorias. A primeira categoria é constituída por: sexo, idade, horas trabalhadas por dia, semestre atual, aluno semestralizado ou dessemestralizado, chefe de família, se tem filhos ou não.

As categorias que possuem subtítulos: “entrada no ensino superior e conciliação trabalho e estudo: permanência na licenciatura em biologia da UFRB”, os dados foram expostos através de narrativas escritas.

Trabalhar com narrativas não é simplesmente recolher objetos ou condutas diferentes, em contextos narrativos diversos, mas, sim, participar na elaboração de uma memória que quer transmitir-se a partir da demanda de um investigador (ABRAHÃO, p. 85, 2003).

As narrativas são memórias da construção seletiva da vida de um sujeito. Abrahão (2003) cita que as narrativas permitem, dependendo do modo como nos são relatadas, universalizar as experiências vividas nas trajetórias de nossos informantes.”

2.5 ÉTICA NA PESQUISA

No decorrer da pesquisa, são necessários cuidados durante a escolha e desenvolvimento dos estudos em educação.

É de estrita importância o olhar atento às questões éticas, sobretudo no âmbito coletivo. Principalmente para proteger os participantes da pesquisa, bem como manter a integridade e sigilo dos dados coletados, mantendo sempre a preservação e identidade social.

Sobre os deveres éticos dos pesquisadores para com os participantes da pesquisa, os princípios éticos presumem que os pesquisadores realizem suas pesquisas de modo que não causem prejuízo aos sujeitos envolvidos no processo, prezando pelo respeito e considerando os interesses e necessidades dos integrantes (FLICK, 2009).

Neste sentido, foi entregue aos participantes um Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice B), o qual informa aos participantes o caráter voluntário na participação, a ausência de cobrança de valor e sobre a utilização das informações fornecidas.

O TCLE é o documento principal para a inserção na pesquisa, visto que este deve ser redigido em forma de convite e conter o número de telefone e endereço para contato com o pesquisador. Nesse sentido, foi redigido, impresso e entregue aos alunos participantes da pesquisa o documento construído pela pesquisadora e que consta como Apêndice B deste trabalho.

3 OS TRABALHADORES ESTUDANTES: PERCEPÇÕES DOS DISCENTES ACERCA DE TRABALHO E ESTUDO

O trabalhar e estudar são atividades que fazem parte da vida de milhares de pessoas. As razões que levam aos estudantes trilharem esse percurso é a busca pela melhoria da condição financeira, associada à realização pessoal e profissional.

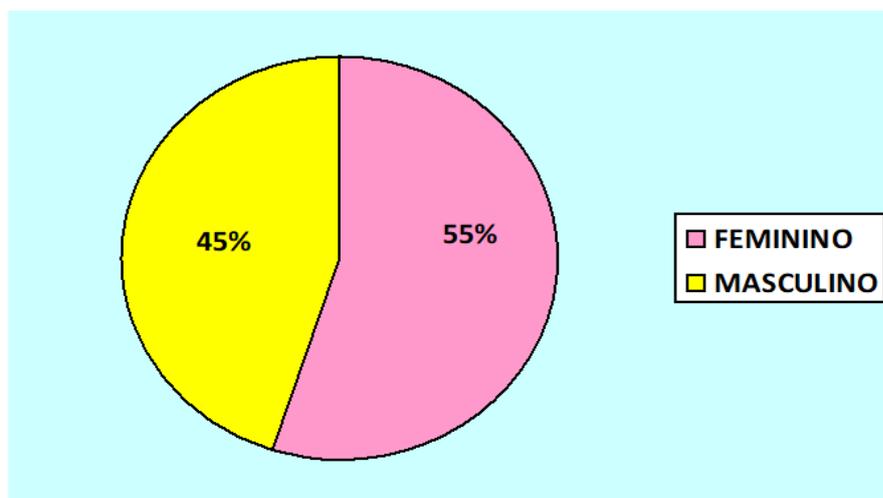
O capítulo a seguir é subdividido em 3 seções, que vai trazer um pouco das percepções relacionadas: quem são os trabalhadores da licenciatura em Biologia, trazendo informações como sexo, idade, horas que trabalha durante o dia, semestre do curso, se são chefes de família e tem filho; a entrada no ensino superior e; por fim, conciliação trabalho e estudo: a permanência na licenciatura em Biologia da UFRB.

3.1 OS TRABALHADORES ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM BIOLOGIA

O papel das mulheres na sociedade vem se modificando ao longo dos anos, alcançando novos espaços e tendo uma grande participação nas universidades, no mercado de trabalho e no cenário político.

De acordo com o gráfico abaixo, pode se observar que os trabalhadores estudantes da Licenciatura em Biologia é predominantemente formado por mulheres, estas que possuem uma dupla ou tripla jornada diária, sendo trabalhadora, estudante e mãe.

FIGURA 5. GRÁFICO – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES DISTRIBUÍDOS POR SEXO.



Fonte: elaborado pela autora.

A rotina de uma mulher com tripla jornada de trabalho, na qual precisa cuidar da casa, filhos, trabalhar e estudar, é extremamente pesada e desgastante. Ao mesmo tempo que trabalha, pensa nas necessidades dos filhos, e quando está com os filhos, pensa no trabalho e estudos. Isto gera um ciclo de desgaste, estresse, cansaço, baixa motivação e, com isso, não consegue executar bem nenhuma das atividades.

No atual contexto em que a universidade foi configurada, naquilo que se refere ao recebimento de mulheres nas condições de mães, esposas, donas de casa e trabalhadoras, é imprescindível pensar sobre os desafios que essas novas mulheres vêm enfrentando para ingressar, permanecer e atuar no espaço acadêmico, considerando os muitos encargos que vêm assumindo. Funções que elas mesmas escolheram e muitas outras que estão sendo condicionadas a se responsabilizar, mesmo que estejam além de suas capacidades (AGUIAR; PAES; REIS, 2019, p. 2).

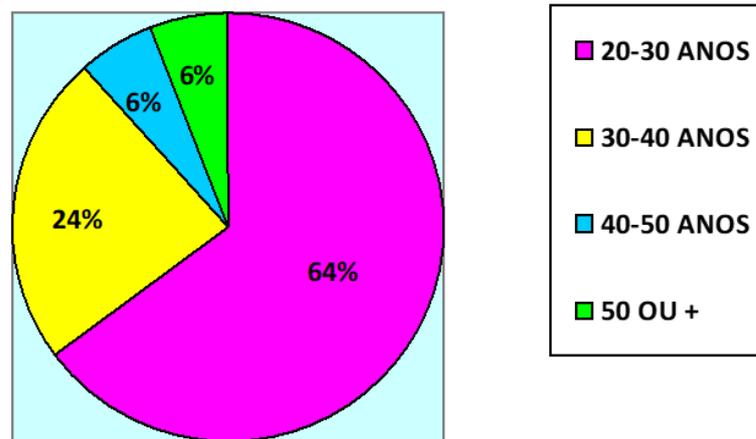
Essas mulheres possuem inúmeras obrigações, além dos afazeres domésticos, estudam e trabalham, demandas tais que diminuem o tempo para dedicação das atividades acadêmicas. Para dar conta, precisam em muitos casos passar a noite em claro, já que não há opção em outros horários.

Ter que desempenhar diariamente uma tríplice jornada de trabalho não é tarefa simples. Para as mulheres que vivenciam essa realidade, a rotina diária é um corre-corre frenético para tentar dar conta de todos os segmentos. Para grande parte das mulheres, a habilidade de separar e definir limites para os diferentes tempos/espços é um grande desafio.

Em suma, cabe ressaltar que existe uma contraposição entre o que as mulheres realmente querem fazer e o que elas conseguem fazer. As frustrações são imensas ao se depararem com notas medianas ou baixas e avaliações entregues atrasadas, por exemplo. Como se não bastassem as grandes dificuldades para conseguirem entrar na faculdade, agora não conseguem usufruir plenamente do que estão vivenciando e possuem plena consciência disso (ÁVILA; PORTES, 2012, p. 17).

Os participantes apresentaram idades bem divergentes. A faixa etária de 20-30 anos tem predominância no curso, com 64%, seguido dos trabalhadores que possuem entre 30-40 anos (24%); 6% entre 40-50 anos; e também 6% entre 50 anos ou mais. Na licenciatura, temos um público variado de idades, todos com o objetivo de garantir o título do ensino superior.

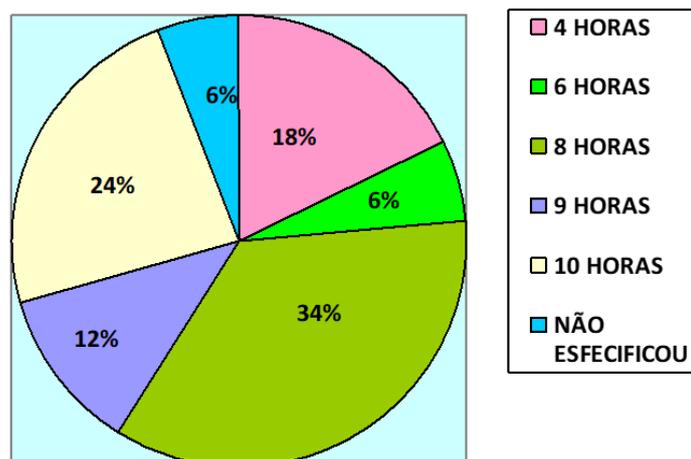
FIGURA 6. GRÁFICO – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES POR FAIXA ETÁRIA.



Fonte: elaborado pela autora.

Dentro do rol de discentes do curso, existem estudantes que acabaram de concluir o ensino médio e outros que certamente entraram no mercado de trabalho primeiro e só depois adentraram no ensino superior a fim de garantir um futuro melhor. Considerando esse grupo de indivíduos na condição de trabalhadores estudantes e tendo em vista que o tempo dedicado na maioria das vezes nas empresas seja na esfera pública ou privada, entre 30 a 40 horas semanais, foi questionado sobre as horas trabalhadas durante o dia, dos quais 34% dos participantes afirmaram que trabalham em média 8 horas por dia.

FIGURA 7. GRÁFICO – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES DISTRIBUÍDOS EM CARGA HORÁRIA DIÁRIA DE TRABALHO.



Fonte: elaborado pela autora.

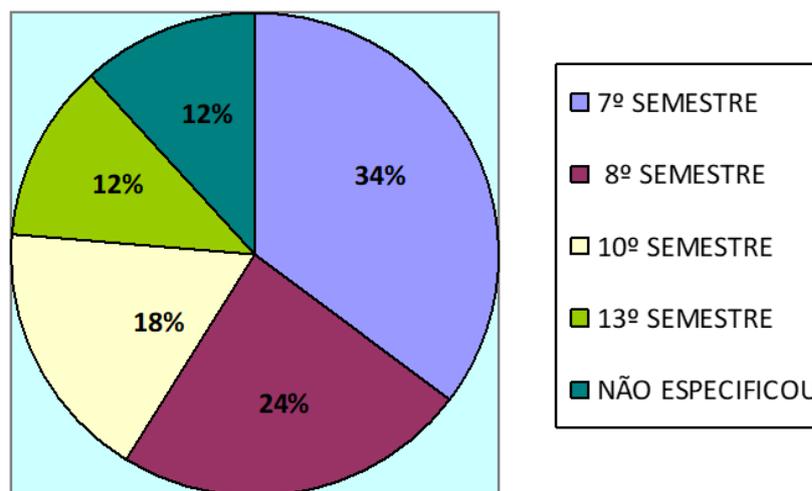
Levando em consideração o esgotamento físico e psicológico implicado nessa ação, de que maneira o trabalhador estudante consegue combinar as duas atividades que demandam praticamente todo o tempo do seu dia?

Concomitante à falta de tempo diretamente ligada aos estudos é constante a queixa de falta de tempo, para a obtenção das condições necessárias para o seu desenvolvimento, tanto físicas quanto psicológicas, falta de horas suficientes de sono, de descanso e de uma alimentação adequada, além das conseqüências da falta de convívio com a família (GUIMARÃES, 2006, p. 99).

Guimarães (2006) menciona que, além de horas dedicadas entre trabalho e estudo, os trabalhadores constantemente levam muito tempo com os deslocamentos de um lugar para o outro, restando pouco tempo para família, descanso e lazer. Vale salientar, por outro ângulo, que a rotina trabalhista traz consigo uma série de fatores que implicam no desenvolvimento da graduação, o desgaste físico e mental, pouco tempo para estudar e realizar os trabalhos fazem com que o trabalhador quase não tenha disponibilidade para desfrutar do curso, da maneira de um indivíduo que apenas estuda. Estes trabalhadores estudantes atuam em semestres divergentes

Como podemos observar no gráfico abaixo, a maioria dos participantes da pesquisa são 7º semestre e 12% são alunos no 13º semestre, neste caso já ultrapassando o limite de tempo conclusão do curso.

FIGURA 8. GRÁFICO – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES POR PERÍODO DO CURSO.

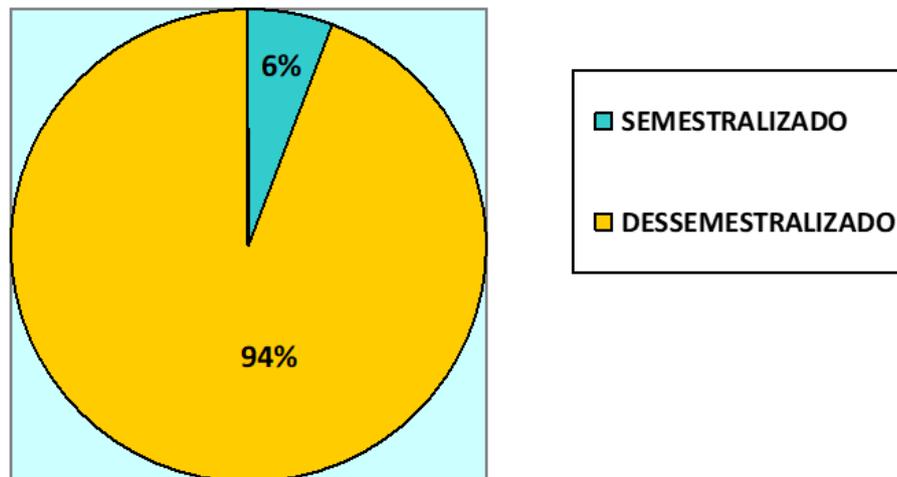


Fonte: elaborado pela autora.

É possível observar que alguns trabalhadores já ultrapassaram do período mínimo para concluir o curso. E com isso, é possível perceber que trabalhadores estudantes tem dificuldades de manter-se semestralizados. Ser trabalhador estudante é ter que enfrentar diversas barreiras e desafios. Eu, enquanto trabalhadora, faço parte deste público que se desdobra nesta dupla jornada, que não é fácil. Adentrei no curso em 2015.2 e só estou concluindo agora.

Acompanhar o semestre é algo praticamente impossível, como podemos observar o gráfico abaixo, quase 100% dos estudantes trabalhadores são dessemestralizados. Quando questionados se conseguem acompanhar o curso, 94% responderam que estão fora do semestre.

FIGURA 9. GRÁFICO – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES SEMESTRALIZADOS.



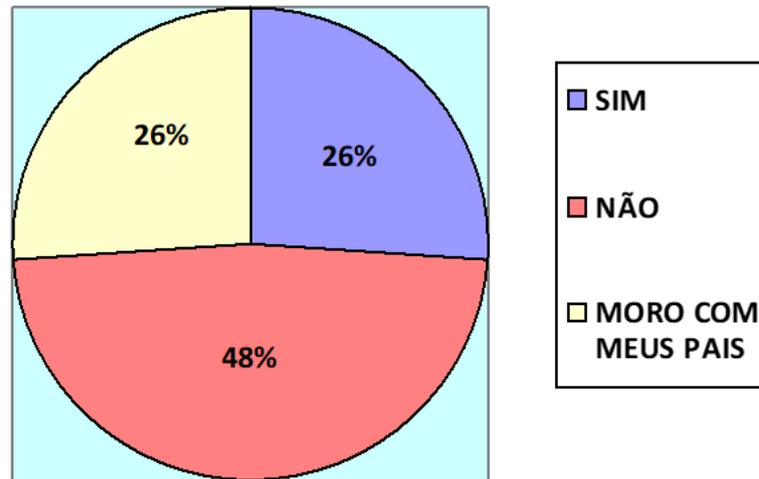
Fonte: elaborado pela autora.

94% dos trabalhadores não conseguem acompanhar o semestre, ou seja, são alunos dessemestralizados. Isto traz consigo inúmeras implicações, dentre elas: dificuldades para matrícula em disciplinas, conseguir cursar disciplina com pré requisitos, conseguir montar uma grade que não choque os horários, o que dificulta e atrapalha ainda mais no decorrer da graduação e conclusão do curso. Um fator que tem uma parcela de contribuição foi a pandemia do Covid 19, que fez uma bagunça na vida acadêmica.

Além de trabalhadores e estudantes, alguns são chefes de família, ou seja, têm obrigação de prover o sustento da casa. Como demonstrado na figura 10, podemos concluir que maioria dos trabalhadores estudantes participantes não são chefes da família, 48% deles, todavia isto não significa que não contribuam nas

despesas da casa. 26% são chefes de família, responsáveis por colocar alimento na mesa e suprir todas as despesas da família, tem que trabalhar. Embora o governo oferte uma bolsa de incentivo à permanência, o valor de 700 reais é insuficiente para todas as despesas familiares.

FIGURA 10. GRÁFICO – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES CHEFES DE FAMÍLIA.

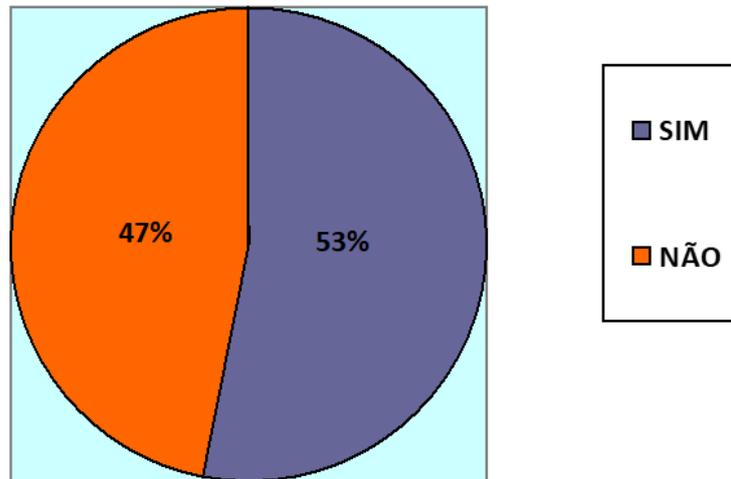


Fonte: elaborado pela autora.

Para os chefes de família, 700 reais é um valor minúsculo, o que não dá a opção do aluno deixar de trabalhar e apenas se dedicar ao estudo, para concorrer às bolsas ofertadas pela universidade, sem contar que a procura é muito grande e atinge o número mínimo de estudantes. Neste sentido, a única opção que existe é continuar na dupla ou tripla jornada diária, no caso das mulheres mães.

Na figura 11, podemos observar que do total das mulheres respondentes (onze) da pesquisa, a maioria encara uma tripla jornada diariamente: trabalhadora, estudante e mãe.

FIGURA 11. GRÁFICO – PERCENTUAL DE RESPOSTAS DAS PARTICIPANTES MULHERES À PERGUNTA “TEM FILHOS?”



Fonte: elaborado pela autora.

As mulheres cada vez mais provam que podem ter inúmeras funções ao mesmo tempo, seja mãe, esposa, filha, trabalhadora, estudante, se desdobram para tentar vencer as barreiras e alcançar seus objetivos, mesmo em meio a múltiplas dificuldades.

O desdobramento da mulher para conciliar seu duplo papel é uma tarefa árdua, pois além de trabalhar fora de casa, ainda precisa executar seu papel de esposa, mãe e dona de casa. Desta maneira, as demandas familiares interferem na vida profissional, porém, acontece com maior frequência a interferência da vida familiar pelas demandas profissionais (FIGUEIREDO E RAMALHO, 2013, p. 10).

Estas mulheres cada vez mais estão inseridas em diversos espaços, fora dos ambientes domésticos. As mesmas possuem diversas funções, por isso é muito comum de encontrar em todos os cantos e lugares, mulheres multifuncionais.

3.2 A ENTRADA NO ENSINO SUPERIOR

A entrada no ensino superior é o sonho de diversas pessoas, independente da classe social, idade, sexo e etnia. Contudo, esta entrada traga consigo uma série de mudanças e desafios para integração, tais como: necessidade de enquadrar-se no clima social, estabelecer relações interpessoais e ter sucesso acadêmico, para corresponder as expectativa de entrada em uma instituição de ensino superior.

O ingresso na universidade traz novas responsabilidades, gera alterações na maneira de organizar o tempo, nos níveis de exigência requeridos para execução

das tarefas. Muitas são as expectativas, desde a adaptação ao desenvolvimento e à motivação para conquista de um título no ensino superior.

Quando foram perguntados quanto à motivação em traçar uma trajetória no ensino superior, todas as respostas foram unânimes, no sentido de ter uma vida melhor, crescimento pessoal e conquista do diploma. Segue abaixo algumas narrativas dos respondentes:

Conseguir um certificado de ensino superior, me especializar na área de licenciatura para futuramente passar em um concurso e receber mais que um salário mínimo, com carga horária de trabalho reduzida. (Cachoeira, 2023).

Ampliar meus conhecimentos e atender a demanda da sociedade. (Cruz das Almas, 2023).

Sinto-me motivada pelo sonho de ter um diploma e anseio para este diploma me trazer possibilidades maiores no mundo do trabalho. (Santo Antônio de Jesus, 2023).

O principal motivo estando em um curso de licenciatura é o de transformar vidas, mostrando o caminho da educação. O outro é o próprio crescimento pessoal como poder aquisitivo também. (São Francisco do Conde, 2023).

Mudar de vida, ter uma vida melhor e dar uma vida melhor para os meus pais. (Santo Amaro, 2023).

A maior motivação citada em todas as falas acima é a garantia de um diploma, visando melhores condições de vida, garantia de um futuro melhor e promissor, podendo adentrar no mercado de trabalho com melhores condições e carga horária. Partindo desse pressuposto, quando foram perguntados sobre os motivos de que, mesmo com dificuldades, desafios e rotina exaustiva, escolheram fazer o curso superior, todos os participantes colocam na centralidade: sonhos, capacidade de vencer, ser gratificante a profissão, superação de obstáculos. Podemos acompanhar em algumas falas selecionadas abaixo:

Sonhos em jogo, mercado de trabalho difícil, currículo forte e construção de uma carreira. (Nazaré, 2023).

Poder me orgulhar e saber que em meio a muitas dificuldades enfrentadas, eu venci! (Governador Mangabeira, 2023)

Pelo anseio de viver dias melhores. (Santo Antônio de Jesus, 2023).

Porque sou apaixonada pela licenciatura, ensinar para formar cidadãos. A minha felicidade em sala de aula é olhar o brilho no olho de cada aluno ao aprender um conteúdo novo. Mesmo tendo uma rotina exaustiva, chegar à escola/colégio e receber um abraço, um sorriso é renovador. É o que me inspira a cada dia ser uma professora melhor. (Sapeaçu, 2023).

Se acomodar é algo nada agradável nem desafiador na vida. Na vida, é necessário ter desafios, metas e obstáculos para dar valor ao objetivo alcançado. Cursar licenciatura no turno oposto do trabalho, depois de um dia cansativo é superar desafios. Principalmente, quando o licenciando faz um deslocamento da sua cidade passando todos os dias horas na estrada até chegar à universidade. (São Felix, 2023).

Trabalhar e estudar é uma rotina desafiadora, com muitas barreiras, lutas, anseios e, acima de tudo, muita vontade de vencer. Ser um trabalhador estudante é uma dupla jornada vivenciada por milhares de pessoas, alguns por sonho, outros por realização pessoal ou social. Porém, há um só objetivo: construir uma carreira enquanto ser social.

O que ocorre é que o trabalho se configura como elemento imprescindível à vida humana, que além de inserir o homem no mundo social, o torna capaz de produzir e construir um lugar nesse mundo (ABRANTES, 2012, p. 1). Só que para isso, é necessário atualmente que o sujeito seja qualificado para atender as demandas sociais, ou seja, aqueles que não estudam têm poucas chances de obter e manter, no mercado de trabalho, uma ocupação profissional (OLIVEIRA 2004, p.123).

Nesse cenário, conciliar formação e trabalho é uma realidade necessária na vida dos trabalhadores estudantes. No entanto, conciliar essa dupla jornada acarreta algumas desvantagens principalmente ao não dar o direito à escolha do curso desejado ou sonhado. Por exemplo, quando foram perguntados pela escolha do curso, todas as respostas são direcionadas, por ser um curso noturno, pela indisponibilidade no diurno, pela necessidade de trabalhar durante o dia. Como podemos ver nas falas abaixo:

Como trabalho o dia inteiro, o curso noturno é a única opção para poder realizar o sonho da graduação (São Felipe, 2023).

Porque necessito trabalhar para sustentar meus filhos. (Muniz Ferreira, 2023).

Primeiro pelo fato da licenciatura só ser ofertada a noite, segundo por conta da jornada de trabalho. (Cachoeira, 2023).

Não foi uma escolha. Por ser um curso noturno, não ter custos de transporte para me deslocar para Cruz das Almas, pois moro em outra cidade, preciso trabalhar, e também pela minha mãe que tem depressão e não pode ficar sozinha o tempo todo... (Sapeaçu, 2023).

Eu sou apaixonado pela biologia, porém optei principalmente para ter disponibilidade para trabalhar durante o dia. Eu preciso da renda, se não passo fome. (Nazaré, 2023).

De acordo com as respostas acima, cursar licenciatura em Biologia tem como principal motivo ser um curso ofertado somente à noite, onde os trabalhadores consigam conciliar com a jornada trabalhista. As falas são muito objetivas e deixa evidente a necessidade da renda.

Outra razão que leva o trabalhador a procura do ensino superior seria o anseio de se aperfeiçoar profissionalmente, não só por um desejo social e do mercado de trabalho, como também obter conhecimento que propiciam o sujeito ser um profissional qualificado.

Independentemente do tipo de carreira escolhida e da competência específica que essa profissão deve lhe dar, o aluno melhora a sua capacidade de expressão oral porque aprende a falar em grupos pequenos e grandes, é chamado a participar de debates, aprende a expor ideias, melhora ainda que precariamente, seu desempenho escrito. Poderíamos dizer que há uma função socializadora no ensino superior noturno que habilita este aluno para o mercado de trabalho, no setor terciário onde, mais que a competência técnica na estrutura ocupacional, qualidades como habilidade de expressão oral e escrita, um certo grau de iniciativa e independência, boa leitura, facilidade de relacionamento, enfim, qualidades que acabam por ser adquiridas na prática da vida universitária, fora e dentro da sala de aula, que independem muitas vezes do conteúdo específico da aprendizagem e que acabem por satisfazê-lo diante de suas expectativas fragmentadas (SPÓSITO, 1989, p. 109).

Constata-se vários motivos que levam o trabalhador estudante aliar o trabalho e estudo no perpassar da sua formação universitária. Desde o crescimento pessoal, financeiro e melhores condições de vida.

3.3 CONCILIAÇÃO TRABALHO E ESTUDO: A PERMANÊNCIA NA LICENCIATURA EM BIOLOGIA DA UFRB

Na atualidade, encontram-se no ensino superior diversos trabalhadores que, além de se dedicar à vida trabalhista, também estão inseridos em uma instituição do ensino.

É interessante refletir como os trabalhadores estudantes alinham sua grade curricular para atender as necessidades do curso e do trabalho. Os trabalhadores levam mais tempo frequentando a universidade, conseqüentemente a formatura é tardia, quando comparados a indivíduos que só estudam. Quem precisa trabalhar não consegue levar o curso ao pé da letra como a Universidade propõe e formar no período estipulado/proposto pela Universidade é praticamente impossível.

Conciliar trabalho e estudo é uma rotina que requer muita organização, disciplina e força de vontade, levando ainda em conta os fatores sociais, culturais, econômicos e psicológicos. Os trabalhadores que estudam no noturno frequentemente saem dos seus postos de trabalho direto para a Universidade ou para o transporte que faz a locomoção para chegar até a instituição. Para muitos não é nada fácil.

A busca de estratégias pelos alunos trabalhadores tentando conciliar o ensino no período noturno e o trabalho no período diurno para enfrentarem o processo de precarização do trabalho e da vida decorrentes das mudanças do sistema capitalista e o confronto entre experiência e conhecimento enunciam a necessidade de uma reflexão mais aprofundada da gestão do processo de ensino e aprendizagem no âmbito dos cursos de graduação (REGINATO, 2010, p. 20).

Para entender um pouco desta dupla jornada de trabalho, foi perguntado para estes trabalhadores estudantes como conciliavam o trabalho e o estudo. As respostas são unânimes, retratando muito a dificuldade, o cansaço, o desgaste e a abdicação para estudar ao invés de dormir. Podemos acompanhar a partir de algumas falas abaixo:

É muito difícil, tem que ter muita vontade de concluir o curso, é preciso “abrir mão” de convívio familiar, com amigos, dizer “não” a muitos convites, contar com a compreensão dos chefes, colegas, família... (São Felipe, 2023).

Pedi demissão tem 3 dias, não estava conseguindo conciliar, tinha dias que eu achei que iria morrer, cansaço, desgaste e não conseguia fazer nada da faculdade. Já passei a noite toda chorando me fazendo cobranças. (Castro Alves, 2023).

É difícil, trabalho durante o dia e estudo a noite. Geralmente faço as atividades nas madrugadas e nos fins de semana. (Varzedo, 2023).

É muito difícil, às vezes faço trabalhos e atividades dentro do trabalho, quando dá. Tem dias que estudo para prova faltando 1 ou 2 horas, por não ter tempo disponível. (Santo Amaro, 2023).

Tarefa árdua que muitos professores não compreendem. Só tenho o final de semana para estudar e fazer as atividades e trabalhos. Por esse motivo, tento que pegar menos disciplinas, quando chego da faculdade tento estudar um pouco, porém o cansaço dificulta o aprendizado. (São Francisco do Conde, 2023).

Analisando as falas acima, fica evidente o quão difícil e desafiador é conciliar a dupla jornada diária. De antemão, quero aqui, enquanto estudante trabalhadora, reafirmar que a busca por um título no ensino superior é doloroso e árduo. É necessário querer muito e ter muita vontade, disciplina. Como citou o respondente Castro Alves, “já passei a noite toda chorando me fazendo cobranças”, o choro faz parte diariamente da rotina, o receio de não conseguir vencer, da incapacidade, da impotência. Há momentos em que o estímulo foge do corpo.

Partindo dessa linha de raciocínio quando foram perguntados como conciliaram trabalho e estudo e quais são as maiores dificuldades enfrentadas, os participantes citam o cansaço, falta de foco, tempo muito curto, locomoção do trabalho para universidade como as principais dificuldades, como observa-se nas narrativas abaixo:

A universidade te ocupa muito tempo, muito esforço, mesmo sendo um curso noturno que o maior público é trabalhadores, eu vivo muito cansada, sem conseguir um foco. (Santo Amaro, 2023).

A falta de tempo é meu maior rival. Às 6h da manhã já acordo para estar na empresa 7h, trabalho até 17:18h, a aula começa 18:30h. Como moro longe da universidade, sempre me atraso, com isso já perco muita coisa. As aulas acabam geralmente 22:30h, chego praticamente 23h. Quando me arrumo para deitar já é meia noite, no mínimo. Se parar para estudar um pouco, durmo mais de 1h da madrugada. Na maioria das vezes, não consigo dormir 6hs de relógio. Isso causa desgaste tanto físico quanto mental, que acaba reduzindo meu desempenho, e a rotina começa mais uma vez. (São Francisco do Conde, 2023.)

A locomoção entre o trabalho e a universidade. Já saio muito em cima da hora, chego do trabalho exausta, acaba sendo puxado e não rendo nada na aula. (Governador Mangabeira, 2023).

Os horários assíncronos, as aulas para estudo, a organização de trabalhos acadêmicos, além de não poder participar de projetos e monitorias que acho super importante. (Cachoeira, 2023).

Uma das minhas maiores dificuldades é a sobrecarga, cobrança, o tempo curto para dar conta de tudo, o cansaço psicológico e muita ansiedade. (Sapeaçu, 2023).

A rotina diária trabalhista acaba privando muita coisa, além do desgaste físico e mental acompanhado de uma série de cobranças a si próprio, o que desmotiva a caminhada. Sem contar que a jornada diária não permite ao estudante trabalhador oportunidades favoráveis para desfrutar dos programas, projetos que o curso oferece, enfim, não lhe é possível desfrutar da universidade da maneira que gostaria. Conforme dialoga Terribili Filho (2009):

Ainda quanto à condição de trabalho, vale destacar que 84% dos que trabalham, têm uma atividade profissional de 30 horas semanais ou mais. Desta forma, esse estudante raramente pode participar de atividades de pesquisa e extensão, pois há pouca disponibilidade para outras atividades, além daquelas relacionadas ao trabalho e às aulas (TERRIBILI FILHO, 2009, p. 54).

É extremamente importante a participação nas atividades complementares, embora, seja muito raro um trabalhador estudante conseguir participar destas atividades, principalmente quando acontece no turno diurno. Quem participa dos programas e projetos enriquecem o currículo e a formação, porém este é um privilégio para alguns. Os trabalhadores não conseguem participar de projetos de extensão, programas, minicursos, monitorias, grupos de pesquisa e outros. Quando questionados sobre a participação em atividades extracurriculares, e participação em palestras foi uma fala unânime em todas as respostas. Participar de outras atividades se mostra como algo fora do contexto para todos, pois encontram muita dificuldade. Podemos acompanhar algumas falas que tratam sobre:

A universidade não tem projetos para alunos que trabalham durante o dia, me incluir em atividades diurnas é uma dificuldade, não tenho horário. (Santo Antônio de Jesus, 2023).

Só participei de palestras no mesmo horário da aula, os eventos diurnos são impossíveis para quem trabalha. (Dom Macedo Costa, 2023).

Para participar, é necessário ter dedicação exclusiva com a faculdade, optar entre estudos e pagar as despesas é uma questão complicada. Participar

de programas ou projeto de pesquisa que é necessário a presença no mesmo horário de trabalho, não dá. (São Felix, 2023).

Só participei de palestras, tive que abrir mão da minha folga, que inclusive é uma vez no mês. Possibilidade zero para participar de programas e outros eventos. (Saubara, 2023).

Só consigo participar de palestras que são à noite, no mesmo período da aula e se o professor permitir ao invés de assistir aula dele (a), caso contrário durante o dia o trabalho não deixa. (São Francisco do Conde, 2023).

Essa é uma realidade que não favorece a formação acadêmica. O trabalhador não consegue viver o que a universidade proporciona, apenas o que cabe na sua rotina, e é por isso que muitos se sentem “excluídos”, por não conseguirem aproveitar e debruçar-se no ambiente de ensino. Isto causa, às vezes, desmotivação e frustração, tornando esta uma realidade muito distante entre o aluno e o ambiente acadêmico.

O aluno sente-se tão distante do universo do conhecimento proposto para sua aprendizagem que ele não vê sentido no conteúdo das disciplinas. Frustra-se porque, imbuído de uma visão pragmática e utilitarista, acredita ter sentido estudar só aquilo que supostamente seria aplicável (SPÓSITO, 1989, p. 106).

Neste sentido, os mesmos só frequentam a sala de aula, porque não existem alternativas para participar do leque de possibilidades que a instituição oferta para acrescentar a formação acadêmica. O trabalho do estudante tanto prejudica seu desempenho em atividades ligadas ao aprendizado como também reduz seu grau de envolvimento com o ambiente acadêmico (SAMPAIO; CARDOSO, 2011).

Com a necessidade de trabalhar, o trabalhador estudante deixa de usufruir plenamente das condições na instituição de ensino. Fazendo um recorte relacionado a satisfação com o rendimento nas atividades acadêmicas, os participantes relatam não conseguirem se dedicar o quanto deveriam.

Não, primeiro porque não consigo cursar estágio, o que está me atrasando muito. Passo madrugadas estudando, fim de semana, mas não obtenho boas notas. (Santo Amaro, 2023).

Na medida do possível. Se não trabalhasse com certeza, seria melhor. (Governador Mangabeira, 2023).

Não estou satisfeita, queria me dedicar mais, porém não consigo dar conta dos estudos, queria poder viver realmente o que a universidade oferece. (Sapeçu, 2023).

Baixo rendimento, sou insatisfeita. (Varzedo, 2023).

Estou muito insatisfeito, pensando seriamente em desistir. (São Francisco do Conde, 2023).

A insatisfação com o rendimento acadêmico se relaciona à demanda trabalhista intensa. Assim, os participantes não conseguem estudar conforme o curso exige e isso gera uma série de problemáticas que não contribuem com a melhora do rendimento, como a falta de interesse, a desmotivação, a baixa autoestima. Em um dos seus estudos, Guimarães (2006) cita:

Outros fatores menos apontados, mas não menos relevantes, referem-se a fatores como a autoestima resultante da capacidade de superar os desafios impostos pelo fato de estudarem e trabalharem ao mesmo tempo e um maior comprometimento com os estudos, em decorrência da consciência e responsabilidade adquiridas com esta vivência (GUIMARÃES, 2006, p. 102).

Existem outros fatores que também estão ligados a motivação ao desempenho acadêmico. Segundo Terribili Filho e Raphael (2009),

[...] Os atrasos e faltas provocam perda de aulas, quebra nos seus estímulos educacionais, perda de participação em seminários, perda de provas podendo comprometer o interesse e a motivação do aluno no processo ensino-aprendizagem, e a conseqüente interrupção na construção de saberes, e por vezes, a reprovação de semestre ou ano letivo (TERRIBILI FILHO; RAPHAEL, 2009, p. 56).

Desse modo, é pertinente que se reflita sobre essa realidade do trabalhador estudante, sua história, o que traz para sala de aula e as suas dificuldades que influenciam em seu desempenho acadêmico. É fundamental refletir sobre a realidade vivida por cada um. O ensino superior comumente retrata a perspectiva de escapar de uma rotina de trabalho massacrante, seja pela remuneração, seja pela longinquidade permanente entre o interesse e a necessidade de sobrevivência.

Levando em consideração todos os desafios enfrentados, quando perguntados por que se configura desafiador o trabalhador que estuda, as respostas

foram bastante expressivas, associando o desafio ao baixo rendimento por ser trabalhador, desânimo, exaustão física e mental, vontade de vencer.

Porque conciliar trabalho com estudo é árduo, pois você que precisa trabalhar para sobreviver é complicado, o rendimento é muito ruim pelo fato de ser trabalhador. (Cruz das Almas, 2023).

As dificuldades encontradas desanimam. (Governador Mangabeira, 2023).

Claramente é um desafio, conciliar duas atividades exaustivas requer muito de qualquer um, física e mentalmente. (Conceição do Almeida, 2023.)

Porque exige muito da gente, a força de vontade de vencer na vida é gritante. (Muniz Ferreira, 2023.)

Os desafios são inúmeros, a força de vencer é maior ainda. A permanência no curso e sua conclusão traz consigo perspectivas que aguçam o desejo, o crescimento pessoal e profissional e melhoria na condição de vida. Entretanto, as expectativas futuras pelos trabalhadores falam mais alto, e estes estudantes almejam autonomia financeira, diploma, motivação, orgulho, inspiração, de forma unânime presente nas respostas. Temos algumas narrativas como afirmação.

Conseguir permanecer no curso até a conclusão, para conseguir minha certificação. (Cachoeira, 2023).

Ter alguma autonomia financeira. (Santo amaro, 2023).

Além de servir como motivação para outras pessoas, também ostentar o orgulho de ter vencido as batalhas no curso. (São Felipe, 2023).

Bancar meus gastos sem atrapalhar meus pais. (Castro Alves, 2023).

Ter orgulho próprio, vencer com muita luta e dureza. As lágrimas fizeram parte desta resposta. (Muritiba, 2023.)

Baseado nas falas, acima a necessidade de vencer é gritante. As possibilidades de acesso às carreiras com estabilidade de emprego que o ensino superior oportuniza são um grande atrativo. Portanto, um dos elementos motivacionais é a ascensão profissional e a extensão que um diploma venha oferecer.

Os desafios impostos ao trabalhador que tenta articular trabalho e estudo perpassam na vida de muitas pessoas. O ensino superior enfatiza a perspectiva de garantia de um futuro melhor, capaz de realizar mudanças na vida do ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa, fica evidente que os trabalhadores estudantes pertencem à classe social dos menos favorecidos, que necessitam trabalhar e estudar, enfrentar a dupla jornada diariamente. A leitura dos dados mostra que estes trabalhadores enfrentam inúmeras dificuldades para almejar a sua formação.

As falas mencionadas na pesquisa descrevem uma realidade em comum vivenciadas por várias pessoas: o desgaste físico e mental, curto tempo para aproveitamento pleno da universidade, enquanto instituição provedora de pesquisa e extensão, o baixo desempenho acadêmico, muitas dúvidas e incertezas. Todavia, a força, a resistência, a vontade de vencer, a ressignificação da vida através de um diploma do ensino superior fala mais alto e os obstáculos servem para superação dia após dia.

É pertinente questionar em que dimensão as políticas públicas contemplam as reais necessidades de formação do trabalhador estudante. A execução das políticas públicas de permanência ainda é muito vaga. As políticas públicas seletivas garantem o acesso, mas na questão de permanência ainda se encontra fragilizada.

A pesquisa mostrou que um dos maiores entraves na formação dos trabalhadores estudantes é a escassez de renda, que tem como consequência a falta de tempo para dedicação nos estudos, materializado na falta de tempo propício e fundamental para que este trabalhador possa estudar e se profissionalizar em um curso com qualidade. As expectativas destes trabalhadores está associada a qualidade de vida, garantia de um futuro melhor, autonomia financeira, orgulhar-se dos desafios vencidos, através do ensino superior.

Conciliar trabalho e estudo é uma luta árdua, uma labuta entre ter renda e ter conhecimento. Enquanto trabalhadora estudante, os percursos vivenciados ao longo dessa trajetória serviram de combustível para não desistir. Ressalto aqui que essa experiência não me torna superior ou inferior a ninguém, mas pode auxiliar diversas histórias semelhantes a qual vivi e inúmeros trabalhadores estudantes vivem.

Este trabalho permite refletir sobre o acesso e permanência no ensino superior noturno no Brasil para trabalhadores que precisam articular trabalho e estudo. Sendo assim, a universidade precisa se envolver na dinâmica do trabalhador estudante, a fim de propor um maior aproveitamento do espaço, enquanto provedor de conhecimentos. Os docentes devem se oportunizar a

conhecer os obstáculos, as histórias, as lutas desses trabalhadores para tentar, da melhor maneira, promover práticas de inclusão como: o que pode ser feito no PPC que não comprometa as orientações das diretrizes curriculares, estratégias de avaliações com formatos e prazos diferenciados, apoio do colegiado para suspender aula quando tiver eventos certificados, principalmente dentro da licenciatura, que são carga horária para os ACCs.

A necessidade da renda e estudo simultaneamente faz parte da vida de milhares de pessoas, porém a busca incessante pelo conhecimento geram expectativas positivas para melhoria e qualidade de vida desses indivíduos enquanto sujeito social.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M. H. M. B. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **História da Educação**, n. 14. p. 79-95, 2003.

ABRANTES, N. N. F. Trabalho e estudo: uma conciliação desafiante. In: IV FIPED, 4., 2012, Parnaíba. **Anais** [...]. Parnaíba: Realize, 2012. p. 1-11.

AGAPITO, P.F. ensino superior no brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, 2016.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS (Brasil). **Tarefas domésticas impõem carga de trabalho maior para mulheres**. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18568-tarefas-domesticas-impoem-carga-de-trabalho-maior-para-mulheres>. Acesso em: 22/04/2023.

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 113- 126, 2016.

AGUIAR, S. G.; PAES, V. N.; REIS, S. M. A. D. O. Mulher, mãe, dona de casa e esposa: dificuldades e superações para ingressar e permanecer na universidade pública. In: VII Seminário Nacional e III Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, 7, 2019, Vitória da Conquista. **Anais** [...]. Vitória da Conquista: UESB, 2019. p. 4935-4951.

AMARAL, N. C. A reforma da educação superior do governo lula: autonomia relativa e financiamento. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 11–35, 2007.

ANDRADE, C. L. de; SPOSITO, M. P. O aluno do curso superior noturno: um estudo de caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 57, p. 3–19, 1986.

ANDREOLI, C. P. P. **Desempenho acadêmico dos alunos do turno noturno e suas relações com o ciclo vigília-sono e cronótipo**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2009.

ASSIS, L. M. **O Sinaes/Enade na visão dos coordenadores de curso: mediações, tensões e repercussões**. In: OLIVEIRA, J. F.; FONSECA, M. (Org.). Avaliação Institucional: sinais e práticas. São Paulo: Xamã, 2008.

ÁVILA, R. C.; PORTES, É. A. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 20, n. 3, p. 809-832, 2012.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior – Las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1994.

BITTAR, M.; ALMEIDA, C. E. M. de; VELOSO, T. C. M. A. Ensino noturno e expansão do acesso dos estudantes-trabalhadores à educação superior. In: XII Seminário Nacional Universitatis/Br, 2006, Campo Grande. **Anais**. Campo Grande: UCDB, 2006.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE **Parecer CNE/CES nº 436/2001, aprovado em 2 de abril de 2001**. 2001. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN4362001.pdf?query=INOVA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 42. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.. **Decreto-Lei Nº 53, de 18 de Novembro de 1966**. Brasília, 21 nov. 1966.

BRASIL. **Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei no 9.393/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo de Educação Superior 2021**. Brasília, 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO **FIES**. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/fies>. Acesso em: 08 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação/SESu. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI 2008**. Disponível em: »http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192
ACESSO EM: 23/04/2023.

CARDOSO, S. M. V **A prática docente no ensino superior particular noturno : um estudo de caso**. 1994. 287 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CARDOSO, R.C. L; SAMPAIO, H. Estudantes Universitários e o trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), v. 9, n. 26, out. 1994.

CARNEIRO, M.E.F. **Retórica da educação geral e o mito da qualidade total: um estudo de caso da “Beer Free”**. 1998. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

CARVALHO, C. H. A. de. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: SILVA JUNIOR, J. R.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (org.). **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2006. p. 125-139.

CHAER, G; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

CIRIBELLI, M. C. **Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

COELHO, S. S.; VASCONCELOS, M. C. C.. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina. In: IX Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária Na América Do Sul, 9., 2009, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2009. p. 1-13.

CORROCHANO, M. C. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. **Avaliação**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 23-44, 2013.

COSTA, B. S. **O ensino superior na ditadura militar brasileira : um olhar através da "Revista MEC"**. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

COSTA, E. B.O; RAUBER, P. História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil. **Revista Jurídica UNIGRAN**, Dourados, v. 11, n. 21, p. 241-253, 2009.

CUNHA, M. I. A docência como ação complexa. In: CUNHA, M. I. (org.). **Trajetórias e lugares de formação da docência universitária: da perspectiva individual ao espaço institucional**. Araraquara: Junqueira, 2010. p. 19-34.

DIAS, S. M. B.; COSTA, S. L. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, [s.l.], v. 9, n. 17/18, p.51-60, 2016.

DOURADO, L. F. A Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 80, pp. 234-252, 2002.

DOURADO, L. F.; CATANI, A.; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.). **Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, 2003.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FÁVERO, M.L.A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GATTI, B.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GILES, T. R. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GUIMARÃES, M. G. G. S. **Trabalhadores-estudantes; um olhar para o contexto da relação entre trabalho e ensino superior noturno**. 2006. 129 f. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2006.

IAMAMOTO, M. V. Reforma do ensino superior e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, v.1, n. 1, p. 99-112, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | INEP (Brasil). **Educação Superior – Graduação**: sinopses estatísticas da educação superior :: graduação. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 23 fev. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LUCKESI, C. *et al.* **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Maria E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2014.

MALISKA, M. A. **O Direito à Educação e a Constituição**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2001.

MALACARNE, C. **TRABALHAR E ESTUDAR: UMA ASSOCIAÇÃO DESAFIADORA PARA OS JOVENS**. 2017. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade Federal Fronteira Sul., Chapecó, 2017.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, v. 17, supl. 3, p. 4-6, 2002.

MARTINS, C. B.. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, [s. l], v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MESQUITA, M. C. G. D. **O trabalhador, estudante do ensino superior noturno: possibilidades e formação**. 2010.193f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)- Pontifícia Universidade Católica Goiás, Goiânia, 2010.

MENDONÇA, A. W. P.C. A universidade no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p.131-150, 2000.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, T.. **Ensino, pesquisa e extensão: do que estamos falando?** 2019. Disponível em: <https://posgraduando.com/ensino-pesquisa-extensao/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

OLIVEIRA, L. P. J. **Filhos da precarização social do trabalho no brasil:** um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000. 2013. 330 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pósgraduação em Ciências Sociais, Superior, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002, p.31-42.

OLIVEN, A. C. A marca da origem: comparando colleges norte-americanos e faculdades brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, Rio Grande do Sul, v. 35, n. 125, p. 111-135, 2005.

PACHANE, G. G.; VITORINO, B. M. A Expansão Do Ensino Superior No Brasil Pelo Programa Reuni: Democratização Da Formação Universitária Ou Apenas Uma Ambivalência Legal? **Poiésis**, v. 9, n. 16, p.438-456, 2015.

PILETI, N.; PILETTI, C. **História da Educação**. São Paulo: Ática: 1990.

PILETTI, N. **História da Educação no Brasil**. 7. ed., São Paulo: Ática, 2010.

PINTO, J. M. R. **O financiamento da educação no governo Lula** . In Revista brasileira de Política e Administração da Educação – ANPAE, 2009.

PREFEITURA, Municipal de Cruz das Almas. **História de Cruz das Almas**. Disponível em: <http://www.cruzdascalmas.ba.gov.br/> Acesso em: 09/03/2023.

RAMALHO, A. A.; FIGUEIREDO, I. D. Mulheres multifuncionais: mercado de trabalho e dilemas familiares. **Revista Foco**, v. 6, n. 1, p. 2013.

RAUBER, P. A universidade no Brasil: origem e trajetória. In: **Metodologia do Ensino Superior**. Dourados: Unigran, 2008c, p. 51-74.

REGINATO, A. M. O aluno trabalhador: o encontro entre conhecimento e experiência – uma abordagem ergológica. **Revista Conteúdo**, Capivari, v.1, n.4, p. 91-113, 2010.

REIS, D. B. Continuar ou Desistir: Reflexões sobre as condições de permanência de estudantes negros da UFRB. In: SANTOS, G. G.; SAMPAIO, S. M. R. (Org.). **Observatório da vida estudantil:** Universidade, responsabilidade social e juventude. Salvador: Edufba, 2013, p. 179-19.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira** – A organização escolar. 12. ed. São Paulo: Autores Associados, 1993.

RODRIGUES, William Costa *et al.* **Metodologia científica**. Faetec/IST. Paracambi, p. 2-20, 2007.

ROSA, C. M. Políticas públicas para a educação superior no governo Lula. **Poiesis Pedagógica**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 168–188, 2013.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N.. A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, Kátia Silva. Políticas públicas educacionais no Brasil: tecendo fios. In: 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação–ANPAE. Políticas Públicas e Gestão da Educação-construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas. **Anais...** São Paulo, 2011, p. 1-13.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 1984.

SAVIANI, D. A questão da reforma universitária. **Educação e linguagem**, ano 7, n. 10, p. 42-67, 2004.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.** [online], vol. 12, n. 34, p.152-165, 2007.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no brasil: mudanças e continuidades. **Poiesis Pedagógica**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. Brazil: Opportunity and Crisis in Higher Education. **Higher Education**, [s. l], v. 17, n. 1, p. 99-119, 1988.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

SGUISSARDI, V. (Org.). Educação superior: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

SGUISSARDI, V. Reforma Universitária no Brasil, 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 96, 2006.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas. São Paulo.

SOUZA, J. G. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. **Revista de Educação**, Campinas, n. 1, p. 42-58, 2012.

SPOSITO, Marília Pontes. **Trabalhador-estudante: Um perfil do aluno do curso superior noturno (o)**. São Paulo: Loyola, 1989.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 14, p. 61-88, 2000.

TEIXEIRA, A. Notas para a história da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 85, 1962.

TERRIBILI FILHO, A.; RAPHAEL, H. S. **Ensino superior noturno: problemas, perspectivas e propostas**. Marília: FUNDEPE, 2009. 130 p.

TOLEDO, C. M. Q.; CARVALHO, D. D. A história da educação no constitucionalismo brasileiro: do Brasil colônia ao golpe militar de 1964. **Rev. IPE**, Bauru, n. 68, 2006.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. Novas fronteiras na democratização da educação superior: o dilema trabalho e estudo. **Revista Argentina de Educación Superior (RAES)**, v. 1, 2011.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação**, v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013

VIEIRA, S. R. A trajetória do Curso de Pedagogia-de 1939 a 2006. **Simpósio Nacional De Educação**, v. 1, p. 1-16, 2008.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DOS DADOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA**

Dados do participante:

Nome _____

Gênero

Feminino () Masculino () Outros ()

Qual sua idade?

Entre 20-30 anos ()

Entre 30- 40 anos ()

Entre 40- 50 anos ()

50 ou mais ()

Perfil do Estudante

Qual semestre você está cursando?

Você trabalha todos os dias da semana?

Sim ()

Não ()

Quantas horas por dia você trabalha?

Como você se encontra atualmente no curso?

Semestralizado ()

Dessemestralizado ()

Você é chefe de família?

Sim ()

Não ()

Moro com meus pais ()

Tem filhos?

Sim()

Não()

Se sim, quantos?

1 ou 2 ()

3 ou 4 ()

Mais de 4 ()

Como você faz para conciliar trabalho x estudo?

Por que você optou em cursar Licenciatura em Biologia noturno?

Ao longo do curso, quais eventos, programas, projetos, grupos de estudo, você conseguiu participar ou participa?

Obs.: Pode marcar mais de uma opção.

Congressos	
Palestras	
PIBIC	
PIBID	
Residência Pedagógica	
Grupos de pesquisas	
Projeto de pesquisa	
Feiras culturais	
Projetos de Extensão	
Nenhuma das opções acima.	

Se você marcou quaisquer desses eventos da tabela, quais as dificuldades para conciliar com o seu trabalho?

Caso não tenha marcado nenhum item da tabela acima, quais suas dificuldades para não participar dessas opções ou eventos?

Qual (is) maiores dificuldades para conciliar trabalho x estudo?

Como você se configura em relação ao rendimento nas atividades acadêmicas?
Está satisfeito (a)?

Ser estudante trabalhador é um desafio?

Sim ou não? Por quê?

Qual sua motivação em traçar uma trajetória no ensino superior?

Qual sua maior expectativa em ser trabalhador estudante?

Por que mesmo com dificuldades, desafios, rotina exaustiva, escolheu fazer o ensino superior?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA**

Prezados (as),

Eu, Cíntia Ferreira de Oliveira, estudante do curso de Licenciatura em Biologia, gostaria de solicitar a sua colaboração no sentido de participar da pesquisa de trabalho de conclusão de curso (TCC), no Curso de Licenciatura em Biologia, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia UFRB, localizada no campus de Cruz das Almas- BA, sob orientação da professora Dra. Tatiana Polliana Pinto Lima. A pesquisa é intitulada “A permanência do trabalhador estudante no curso de Licenciatura em Biologia da UFRB”. Esta pesquisa possui por objetivo principal: Apresentar os desafios vivenciados por trabalhadores estudantes do curso de Licenciatura em Biologia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CCAAB-UFRB), para permanência e conclusão do ensino superior. Neste sentido, a sua valorosa contribuição será de fundamental importância para a pesquisa que ora realizo. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno em estudo e para a produção de conhecimento científico.

Devemos esclarecê-lo (a) ainda de que as informações dadas por você serão utilizadas para o alcance dos objetivos propostos e descritos acima e serão divulgadas, em congressos, eventos científicos, artigos e na escrita do TCC. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Reiteramos que os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo sua identidade não será divulgada e nem haverá qualquer tipo de identificação pessoal no questionário abaixo. Para qualquer outra informação ou conferência das

informações colocadas acima, o sr(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (75) 98146-6094 ou pelo e-mail cinthia.bela@hotmail.com.